UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

AMANDA PINHEIRO MOREIRA

O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARX E ORWELL:

Uma expressão literária de uma categoria filosófica?

SÃO LUÍS

2025

AMANDA PINHEIRO MOREIRA

O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARX E ORWELL:

Uma expressão literária de uma categoria filosófica?

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, em conformidade com as exigências para a conclusão do curso.

Orientação: Prof. Dr. Danielton Campos Melonio

SÃO LUÍS

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Moreira, Amanda Pinheiro.

O conceito de Ideologia em Marx e Orwell: uma expressão literária de uma categoria filosófica / Amanda Pinheiro Moreira. - 2025.

76 f.

Orientador(a): Danielton Campos Melonio.

Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Filosofia e Literatura. 2. Alienação. 3. Ideologia. I. Melonio, Danielton Campos. II. Título.

AMANDA PINHEIRO MOREIRA

O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARX E ORWELL:

Uma expressão literária de uma categoria filosófica?

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, em conformidade com as exigências para a conclusão do curso.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danielton Campos Melonio (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas (Avaliador 2)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Naiara Sales Araújo Santos (Avaliador 3)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus por ter me concedido a oportunidade de ingressar neste curso, que só hoje vejo o quão importante foi para a construção da pessoa que me tornei. A Filosofia abriu minha mente e o meu coração, me deu uma visão mais sensível a respeito do mundo, autonomia e autenticidade diante do sistema padronizador em que a sociedade nos coloca, e espero poder despertar nos meus alunos esse mesmo viés conscientizador que só ela é capaz de oferecer.

Agradeço à minha melhor amiga, Ivana Francisca Rodrigues, que, desde o Ensino Médio, esteve comigo nos mais variados momentos da minha vida, e na Graduação não foi diferente, pois não consigo contar as vezes em que apoiamos uma à outra nessa caminhada, afirmando que desistir não era uma opção. E hoje, estamos aqui, neste final de curso, colando grau juntas. Obrigada, amiga!

Agradeço ao meu namorado, Jesaias Amorim, por diversas vezes me auxiliar com atividades, me acompanhar nas aulas das últimas cadeiras, nas conversas de teor filosófico e, principalmente, por me apresentar à obra do George Orwell, *1984*, se tornando central para a elaboração do meu TCC.

À minha família, também, os meus mais sinceros agradecimentos por apoiarem minhas escolhas e estarem ao meu lado nas realizações que me foram proporcionadas.

E, finalmente, agradeço aos meus professores, em especial ao meu orientador, Danielton Melonio, pela paciência e pela virtude de lecionar que há em vocês. Sei que a profissão requer muitos desafios e que é difícil manter-se estimulado diante das dificuldades que se apresentam, mas saibam que, graças a vocês, somos instigados ao conhecimento que faz despertar em nós a busca cada vez mais constante pelo saber. Tenham certeza de que o propósito do lecionar está sendo cumprido. No mais, a todos, o meu Muito Obrigada!

RESUMO

O conceito de Ideologia torna-se muito discutido na sociedade contemporânea à medida que as pessoas debatem a respeito, dialogam e até mesmo acusam-se de praticar tal ato. Entretanto, muitos desconhecem seu real sentido e a maneira como se aplica em nosso cotidiano. Karl Marx, filósofo alemão, dedicou-se em discorrer sobre o conceito do termo e definiu-o como as ideias de uma classe dominante disseminadas para controlar as demais e manter-se absoluta em seu governo. Assim, a classe dominada, devido a essas ideologias, não tem consciência de sua condição de explorada e é utilizada no favorecimento dos interesses de seus superiores. Na obra de George Orwell, *1984*, é possível notar uma relação semelhante entre o governo da *Oceania* e o *Partido*, pois, sendo a classe dominante dessa sociedade, transmite ideias e doutrinas que mantêm a população oprimida ou subjugada a uma obediência extrema ao governo totalitário, o que desencadeia uma relação tirânica do *Partido* para com as massas. Desse modo, as Ideologias de *1984* assemelham-se com o conceito do termo definido por Karl Marx, conforme o controle ideológico exercido pelo *Partido* perpetua seu modo de vida e condiciona essa classe dominada como explorada, desviando o foco da realidade decadente em que se encontram. Esta pesquisa tem por objetivo investigar em que medida é possível encontrar elementos do conceito filosófico de Ideologia apresentada pelo filósofo alemão Karl Marx na expressão literária do escritor inglês George Orwell *1984*, cuja metodologia empregada deu-se através de pesquisas bibliográficas com abordagem interdisciplinar, abrangendo a Literatura e a Filosofia, coletando dados das obras dos autores acima citados, além de comentadores que abordam tal temática. O roteiro deste estudo está organizado da seguinte maneira: Introdução, onde será apresentado e contextualizado o tema, explicando sua relevância; Filosofia e Literatura (Capítulo 1), que abordará a relação entre a Filosofia e a Literatura; O conceito de Ideologia (Capítulo 2), onde será apresentado o conceito de ideologia e suas mudanças semânticas desde seu surgimento até Marx; Karl Marx e a Ideologia em *1984* (Capítulo 3), que apontará como o conceito marxista de ideologia é ilustrado na obra de Orwell, *1984*. Portanto, este estudo conecta o conceito de Ideologia defendido por Karl Marx

com a obra *1984* de George Orwell, mostrando como tal conceito auxilia na compreensão das estruturas de poder e controle social. A pesquisa visa também demonstrar como a contribuição mútua entre a Filosofia e a Literatura pode facilitar a percepção dos conceitos abordados entre ambas.

Palavras-chave: Filosofia e Literatura; Alienação; Ideologia; Linguagem; George Orwell; Karl Marx.

ABSTRACT

The concept of Ideology has become very important in contemporary society as people discuss it, engage in dialogue and even accuse each other of practicing such an act. However, many are unaware of its real meaning and how it is applied in our daily lives. Karl Marx, a German philosopher, dedicated himself to discussing the concept of the term and defined it as the ideas of a dominant class disseminated to control the others and maintain absolute control over their government. Thus, the dominated class, due to these ideologies, is unaware of its exploited condition and is used to favor the interests of its superiors. In George Orwell's work, 1984, it is possible to note a similar relationship between the government of Oceania and the Party, since, as the dominant class of this society, it transmits ideas and doctrines that keep the population oppressed or subjugated to extreme obedience to the totalitarian government, which triggers a tyrannical relationship between the party and the masses. In this way, the Ideologies of 1984 resemble the concept of the term defined by Karl Marx as the ideological control exercised by the party perpetuates its way of life and conditions this dominated class as exploited, diverting the focus from the decadent reality in which they find themselves. This research aims to investigate to what extent it is possible to find elements of the philosophical concept of Ideology presented by the German philosopher Karl Marx in the literary expression of the English writer George Orwell 1984, whose methodology was used through bibliographical research with an interdisciplinary approach covering Literature and Philosophy, collecting data from the works of the authors mentioned above in addition to commentators who address this topic. The script for this study is organized as follows: Introduction, where the topic will be presented and contextualized, explaining its relevance; Philosophy and Literature (Chapter 1), which will address the relationship between Philosophy and Literature; The concept of Ideology (Chapter 2), the concept of ideology and its semantic changes will be presented since its emergence until Marx; Karl Marx and Ideology in 1984 (Chapter 3), which will point out how the Marxist concept of ideology is illustrated in the work of Orwell, 1984. Therefore, this study connects

the concept of Ideology defended by Karl Marx with the work 1984 by George Orwell, showing how this helps in understanding the structures of power and social control; the research also aims to demonstrate how the contribution between Philosophy and Literature can serve to facilitate the perception of the concepts covered between both.

Keywords: Philosophy and Literature; Alienation; Ideology; Language; George Orwell; Karl Marx.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FILOSOFIA E LITERATURA	14
3 O CONCEITO DE IDEOLOGIA	29
4 KARL MARX E A IDEOLOGIA EM 1984	45
4.1 Jurídico-político	45
4.2 Ideológico	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento da história, é notável que a formação da sociedade está pautada na estratificação social, em que os valores socioeconômicos são baseados na classe social à qual estão inseridos. Assim, a classe com maiores vantagens será a mais beneficiada, a detentora do patrimônio comunitário e, conseqüentemente, a que dá a ordem aos demais.

Karl Marx (1818-1883), filósofo alemão, discorre a respeito dessa relação entre a classe dominante e a classe dominada, a chamada *luta de classes*. Com interesses totalmente divergentes, a *burguesia*, que é possuidora do poder econômico e dos meios de produção, mantém o *proletariado* sob controle e alienado, impedindo que tenha ciência de sua real condição de explorado, para que possa garantir sua posição privilegiada e de domínio. Com o objetivo de preservar esse estado de alienação, a *burguesia* garante-se nas ideologias disseminadas por ela, as quais referem-se à distorção da realidade de fato vivenciadas pelo *proletariado*, que não tem conhecimento de sua condição decadente e permanece servo absoluto da mesma.

Na obra de George Orwell (1903-1950), *1984*, é notória essa relação de dominação de um grupo sobre os demais, o que torna a sociedade descrita pelo autor refém de um governo totalitário, pois o grupo dominante, o *Partido*, detém o controle das massas, disseminando informações que beneficiam apenas a ele e a seu líder, além de propagar ideias que sirvam para a manutenção do estado de alienação da população. Em vista disso, é possível sugerir uma semelhança do conceito marxista de ideologia com a obra literária de George Orwell, *1984*, pois, assim como discorrido por Marx, a obra se passa numa sociedade oprimida por uma classe detentora do poder econômico que prolonga seu domínio valendo-se de ideais irrealis para esconder a verdadeira miséria em que vivem os cidadãos.

Esta pesquisa apresentou aspectos importantes a respeito do conceito de Ideologia, como sua origem e evolução, e sua discussão em diversas vertentes filosóficas, com o foco principal na análise ilustrativa da representatividade da definição da literatura, especificamente na obra do autor George Orwell. Por conseguinte, a relevância deste estudo foi a compreensão do conceito de

ideologia e na percepção de sua aplicação na obra em discussão, auxiliando na assimilação da filosofia no cotidiano e na possibilidade de seu diálogo com a literatura em geral.

Em sua obra, *1984*, o escritor de literatura inglesa George Orwell narra a trama do controle e da vigilância do regime totalitário, no qual, por meio da manipulação, a população se mostra totalmente subserviente a tal governo. Uma das maneiras pelas quais tal governo garante a manutenção dessa manipulação é através do uso de ideologias disseminadas por ele em toda repartição de seu domínio, fazendo com que a população se mantenha alheia à sua própria condição. Por sua vez, Karl Marx, bem antes de Orwell, faz uma interpretação teórica de ideologia, sugerindo que a mesma é um mecanismo usado pela *burguesia* para manter seu poder sobre o *proletariado*. Diante disso, surge a seguinte questão: *Em que medida é possível encontrar elementos do conceito filosófico de Ideologia de Marx na expressão literária de Orwell, em especial na obra 1984?* Foi a partir dessa questão norteadora que a pesquisa que resultou em um TCC do curso de Licenciatura em Filosofia da UFMA se desenvolveu.

O objetivo geral deste estudo foi *investigar em que medida é possível encontrar elementos do conceito filosófico de Ideologia de Marx na expressão literária de Orwell*. Para isso, foram definidos três objetivos específicos: primeiro, apontar a relação entre Filosofia e Literatura, tratada no capítulo 1; segundo, definir o conceito de Ideologia em Marx, abordado no capítulo 2; terceiro, explicitar a possível manifestação literária do conceito de ideologia de Marx na obra *1984* de Orwell, analisada no capítulo 3.

Assim, esta pesquisa foi estruturada em três capítulos. No primeiro, discutiu-se a interação entre Filosofia e Literatura, destacando-se o papel da relação entre ambas na compreensão de questões pertinentes à experiência humana e na colaboração dos recursos utilizados em cada área do conhecimento para auxiliar no entendimento tanto dos métodos filosóficos quanto dos literários. Abordou-se essa relação desde a Antiguidade, com o uso da escrita para a comunicação dos pensamentos da época, mesmo com a forte influência da oralidade, passando pelos pré-socráticos, como Hesíodo e Homero, com seus aforismos; Platão, que, por ser influenciado pelo Teatro, fazia uso de metáforas para ilustrar seus conceitos; e as demais maneiras em que a

filosofia antiga se apropriava da literatura para transmitir seus conteúdos. Também foi exemplificado como as obras literárias contemporâneas são capazes de comunicar pautas filosóficas, instigando o leitor à reflexão e aproximando-o do pensamento filosófico.

No segundo capítulo, discorreu-se sobre o conceito de Ideologia e as mudanças semânticas que sofreu ao longo da história, desde seu surgimento com Destutt de Tracy, que se referia ao termo como “ciência das ideias”, passando por Napoleão Bonaparte, que se apropriou do termo para se referir aos cientistas da época como *ideólogos* que defendiam teses fora da realidade, até as influências positivistas no sentido dado por Auguste Comte e Émile Durkheim, e, finalmente, o conceito defendido por Karl Marx, discorrendo que a definição de Ideologia está ligada às ideias propagadas pela classe dominante de uma sociedade, com o objetivo de manter-se no poder e alienar a classe dominada.

No terceiro capítulo, analisou-se a presença de ideologias na obra literária *1984*, baseado no conceito definido por Marx, sendo discutidos, primeiramente, os aspectos jurídico-políticos de dominação, destacando-os na obra, e, após, os aspectos ideológicos de dominação, exemplificando-os, também, em sua aplicação na obra.

Por fim, tratando-se de um estudo de natureza teórica, a partir de uma abordagem filosófica, a coleta de dados foi orientada por meio de uma pesquisa bibliográfica. Tal tarefa realizou-se por meio da leitura e fichamento de livros e artigos científicos que discorrem sobre o tema definido. Cabe ressaltar que, na medida em que o objeto de estudo exige a interpretação da Literatura e da Filosofia, esta pesquisa caracteriza-se como interdisciplinar, solicitando uma investigação que dialogue com esses dois campos distintos do conhecimento. A pesquisa foi baseada nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, George Orwell, Jeanne Marie Gagnebin, Marilena Chauí, Terry Eagleton, Guy Debord, George Lukács, Evanir Pavloski, Michael Löwy, Theodor Adorno e Max Horkheimer, Philip Bounds, entre outros autores, além de artigos científicos publicados na última década. Os critérios de pesquisa foram estabelecidos com o uso das palavras-chave: Filosofia e Literatura; Alienação; Ideologia; Linguagem; George Orwell; Karl Marx.

2. FILOSOFIA E LITERATURA

A filosofia sempre se mostrou preocupada com a reflexão sobre diversos temas centrais à existência e ao cotidiano do homem. Questões sobre ética e o sentido da vida, por exemplo, sempre fizeram e ainda fazem parte de discussões e debates filosóficos, com um intuito de traçar um objetivo para a vida humana. Já a literatura é percebida como uma arte da escrita, uma manifestação usada para narrar histórias, reais ou fictícias, por meio da poesia, aforismos, narrativas ou diálogos. Ela é capaz de envolver o leitor na história com seus mais diversos recursos de escrita, trazendo emoção e reflexão (Façanha, 2024).

Ambas as áreas do conhecimento se tornam extremamente necessárias para a sociedade, mas, apesar de sua característica interdisciplinar, as discussões a respeito do diálogo entre a filosofia e outras áreas do conhecimento são apresentadas de maneira limitada; ou seja, a situação entre a filosofia e a literatura não é diferente. Vale ressaltar que a importância da conexão entre tais esferas do conhecimento proporciona a aproximação da sociedade com os mais diversos questionamentos e reflexões, de modo que essa aproximação é capaz de facilitar o processo reflexivo da sociedade.

A relação entre a filosofia e a literatura manifesta-se numa discussão rica e complexa, demonstrando a ambiguidade existente e a cooperação mútua que uma traz à outra na atividade humana, na busca por compreensão e significado (Gagnebin, 2016). A partir dessa intercessão, destaca-se a importância de considerar narrativas literárias como complemento essencial para o pensamento filosófico, ampliando a perspectiva do leitor sobre a condição humana. Narrativas que abordam questões como Liberdade, Amor ou até mesmo a ficção científica são capazes de instigar o leitor a uma reflexão profunda sobre as temáticas apresentadas e induzi-lo a uma análise de sua própria condição dentro da sociedade. A esse respeito, Gagnebin (2016) nos ensina que:

[...] a segunda coisa é que a filosofia só pode se dar na e pela linguagem, por isso a chamei de linguística ou de languageira, ela não trabalha primeiramente com *ideias*, mas sim com palavras. História e Linguagem, inseparáveis, delimitam o exercício filosófico, fazendo sua grandeza e sua fragilidade – e tecendo seu parentesco com aquilo que, a partir do Romantismo alemão, costumamos chamar de *literatura*. (Gagnebin, 2016, p. 5-6).

Essa demonstração traz um paralelo entre a ideia e o conceito, apresentados de maneira tão pragmática e teórica na filosofia, e sua aplicação dentro do universo da literatura, onde podem ser percebidos de maneira mais acessível, servindo como agentes facilitadores da compreensão das temáticas apresentadas. Esta relação contínua entre esses dois campos convida à reflexão sobre como a literatura pode servir como espelho das questões filosóficas que permeiam a condição humana.

Ao fazer isso, o filósofo reafirma as prerrogativas da reflexão filosófica, sua função essencial e fundadora, contra outras formas de linguagem e de saber. Ele reafirma igualmente uma concepção pobre, limitada e limitante, da literatura como discurso ornamental e superficial, na melhor das hipóteses como uma retórica bem construída, um discurso que poderia se resolver e se dissolver numa outra maneira de dizer, talvez menos agradável, todavia mais verdadeira, o discurso filosófico. À filosofia caberia o conceito à literatura a imagem ou a metáfora (Gagnebin, 2016, falta a página).

Historicamente, essa relação pode ser observada na Grécia Antiga. É perceptível que, desde os pré-socráticos, já existia uma linguagem específica para a comunicação dos pensamentos: os aforismos. Homero, com *Ilíada* e *Odisséia*, fez uso da linguagem poética para narrar a *guerra de Tróia* e as aventuras de Ulisses após a batalha (Façanha, 2024).

Outro autor que se apropriou dessa maneira de transmitir seus ensinamentos foi Hesíodo. Ao narrar a *Teogonia*, o escritor nos relata a história do panteão divino grego e faz uso da escrita para tal. É importante ressaltar que, na época, o conhecimento transmitido oralmente era altamente valorizado, pois o sábio era aquele que tinha a capacidade de memorizar as informações que ouvia, ou seja, a memória seguia como a detentora do monopólio de conhecimento (Magalhães, 2009).

Ambos os autores se destacaram no período antigo ao ressaltarem a escrita e a linguagem poética para a propagação do ensino: Hesíodo, ao relatar a história e diversos mitos dos deuses gregos, e Homero, com seus relatos e aventuras de batalhas, nas quais tanto os fatos religiosos quanto os de guerra eram conhecidos apenas por meio da oralidade.

Em vista disso, o método usado pelos pré-socráticos ganha relevância no conhecimento popular, colocando a escrita – e, neste caso, a escrita poética – como fundamental para preservação e transmissão de saberes. Como observa Gagnebin, “[...] a escrita, por sua vez, deseja perpetuar o vivo, mantendo sua lembrança para as gerações futuras [...]” (2006, p. 206).

Portanto, a escrita poética dos pré-socráticos mostra-se como uma nova maneira de comunicar e transmitir saberes, que antes era função apenas da oralidade. A escrita apresenta uma maneira de eternizar o conhecimento, preservando sua característica didática e os saberes transmitidos por quem o comunica, de maneira a permitir sua conservação.

Ainda na antiguidade grega, vemos Platão que, com suas obras, também faz uso da escrita como método para transmitir seus ensinamentos. Obras como *O Banquete* e *A República* nas quais, por meio da escrita, os ensinamentos são conservados, possibilitam que os saberes ali contidos sejam válidos de análises até a época atual (Magalhães, 2009).

Vale ressaltar que Platão faz uso de um método de escrita bastante peculiar: os *diálogos*, que também são uma ferramenta das tragédias, como forma de comunicar seus ensinamentos e, assim, discutir conceitos como justiça e verdade, mesclando a reflexão filosófica e a narrativa literária (Gagnebin, 2016).

Mas se levarmos a sério a forma *diálogo*, isto é, a renovação constante do contexto e dos interlocutores, o movimento de idas e vindas, de avanços e regressos, as resistências, o cansaço, os saltos, as aporias, os movimentos de elevação, de desânimo etc, então perceberemos que aquilo que Platão nos transmite não é nenhum sistema apodítico, nenhuma verdade proposicional, mas, antes de mais nada, uma *experiência*: a do movimento incessante do pensar, através da linguagem racional e para além dela [...] (Gagnebin, 2006, p. 204).

Ao adotar a transmissão de ensino por meio do diálogo, Platão, como dito anteriormente, reforça a influência da oralidade de sua época e sua inspiração no teatro (Façanha, 2024). Entretanto, é interessante destacar como seu método de escrita se mostra ao fazer uso dessa ferramenta.

Quando se estabelece essa maneira de comunicar e difundir suas ideias, facilita a compreensão do leitor acerca do que está sendo dito, pois o *diálogo* é

capaz de aproximá-lo do entendimento proposto e favorecer a atividade reflexiva (Moraes, 2016). Portanto, nota-se que o diálogo, considerando o contexto histórico da época, é um dos mais eficientes agentes facilitadores para conduzir uma investigação filosófica.

O diálogo, como forma literária, pode ser pensado, basicamente, pelo aspecto dramático com o qual se apresenta e desenvolve um problema (ou diversos problemas relacionados). Em torno, vai-se construindo uma discussão amistosa que se estabelece entre personagens dispostos estrategicamente [...]. No jogo de perguntas e respostas posto em cena, teríamos a filosofia apresentada com discussão viva, em ação com o drama propriamente dito (Moraes, 2016, p.118-119).

Com o uso do *diálogo*, Platão não apenas se apropria desse método como um modo de exposição filosófica, mas também como uma maneira de engajar o leitor em uma reflexão ativa, principalmente em relação às questões que envolviam a sociedade grega da época, como indagações a respeito da democracia e temas como liberdade e verdade (Gagnebin, 2016).

Assim, o *diálogo filosófico* sugerido por Platão possui profundas implicações tanto no conteúdo do que é relatado e pensado quanto na própria forma em que é desenvolvido, pois, na maioria de suas obras, exceto em algumas cartas, diversas problemáticas a serem examinadas surgem nas conversas entre os personagens. Logo, reflete como a dialética facilita no desenvolvimento da reflexão proposta sobre temas como a natureza do conhecimento, a verdade e o próprio ato de filosofar.

É notória a presença de tal relevância até mesmo na estrutura em que os diálogos são desenvolvidos (Gagnebin, 2016). Ao estruturar seus ensinamentos dessa forma, Platão destaca isso como uma maneira bastante eficaz de conduzir uma investigação filosófica. Em sua perspectiva, é possível que a *dialética* se manifeste, ou seja, há um processo racional e reflexivo tanto no ato de questionar quanto na busca por respostas, o que leva o indivíduo ao esclarecimento dessas ideias e conceitos apresentados (Moraes, 2016).

Sabe-se que, nos diálogos, a verdade é buscada por meio de um processo mútuo de colaboração entre seus interlocutores, através da investigação, na qual eles examinam as questões colocadas sob diferentes pontos de vista, para que

assim suas crenças sejam submetidas a uma análise crítica e rigorosa. Dessa forma, Sócrates, mestre de Platão e personagem central de seus diálogos, é considerado o precursor do método dialético na prática, pois ele conduz conversas por meio de perguntas que revelam inconsistências nas ideias de seus outros interlocutores; sem oferecer respostas prontas, induzindo-os a questionarem e a reverem suas concepções a respeito do tema relatado (Moraes, 2016).

Mas como descrever o uso que Platão faz da forma de diálogo? Se uma conversa proporcionada pelo encontro de dois indivíduos pode ser ocasião para um diálogo, como deve ser um diálogo verdadeiramente filosófico? Ele deve ser orientado pelas exigências metodológicas da chamada dialética socrática, entendida aqui como o meio de se atingir o conhecimento verdadeiro da realidade, pois submete a demonstração racional às primeiras impressões e as opiniões triviais. Como deve, pois, ser um diálogo efetivamente “dialético”, isto é, com vistas ao verdadeiro, orientado pelo exame e pela submissão de cada asserção precoce à refutação [...] (Moraes, 2016, p.119).

Tal procedimento de instigar os interlocutores à reflexão, trabalhando o real sentido da temática, é conhecido como *maieutica*, que sugere uma ideia de “dar à luz” o conhecimento que outrora estava oculto (Magalhães, 2009). Portanto, o diálogo socrático tem como objetivo esse “parto” intelectual, que auxilia seus interlocutores a descobrirem a verdade por si mesmos, pois ele instigava o raciocínio autônomo de seus ouvintes nas questões apresentadas.

Ao observar as obras de Platão, é perceptível também a notoriedade de tal relação, pois ele fazia uso constantemente de alegorias para ilustrar o conceito apresentado. Dessa maneira, facilitava o entendimento do leitor ao se deparar com as definições descritas. Sob forte influência do Teatro de Atenas, ele apropriou-se do uso de ilustrações e metáforas, ferramentas que eram exclusivas do teatro, para representar seus conceitos.

É possível notar esse aspecto, por exemplo, no Livro VII de sua obra *A República*, ao usar a célebre *alegoria da caverna* para representar a libertação do homem diante da ignorância e do engano, e a constante busca pela verdade (Gagnebin, 2016). Nesse sentido, cita-se Platão:

[...] Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertos de suas cadeias e curados de suas ignorâncias. Que se liberte um desses prisioneiros, que que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir mais facilmente os objetos que antes via as sombras [...]. Terá, eu creio, necessidade de se habituar a ver os objetos de região superior. Começará a distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu da que, durante o dia, o sol e a sua luz [...]. Por fim, suponho eu, será o Sol, e não suas imagens refletidas na água ou em qualquer outra coisa, mas o próprio sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e contemplar tal como é (Platão, 2022, p. 316-317).

Esta alegoria é uma maneira simbólica de descrever a jornada do homem em busca do conhecimento verdadeiro. O autor descreve como sendo a filosofia capaz de libertá-lo das correntes da ignorância, pois “Platão faz Sócrates defender que os filósofos sejam os únicos que podem determinar essa verdade por meio de seu estudo das *formas* [...]” (Bowdon, 2019, p.372). Deste modo, ao fazer uso de metáforas em seus escritos para representar suas ideias, ele facilita a compreensão dos conceitos em discussão, além de proporcionar uma interpretação ativa para com o leitor através das reflexões promovidas.

Com isso, Platão faz uso de uma estrutura narrativa e elementos simbólicos para comunicar uma ideia filosófica complexa, revelando o potencial desta como veículo para a reflexão filosófica, pois, em vez de uma exposição direta e abstrata dos temas, o autor convida o interlocutor a “ver” a situação narrada e, por meio dessa possível visualização, a desenvolver uma discussão que leve à compreensão subjacente a ela.

O uso de metáforas nas obras de Platão torna-se especialmente importante e revolucionário na medida em que muitas das temáticas que a discussão filosófica apresenta podem parecer difíceis de ser compreendidas por completo ou distantes da experiência comum. O uso das ilustrações permite que o leitor, mesmo sem muita familiaridade com a filosofia, se relacione com essas ideias que se apresentam. A imagem da caverna, das sombras, do prisioneiro que se

liberta e do espanto ao ver o mundo real e a luz do sol torna-se tão dinâmica que facilita a compreensão dos conceitos ali representados (Chauí, 2003).

Ora, tal exemplo da *Alegoria da caverna* remete à condição humana: a maioria das pessoas vive limitada a uma percepção rasa e superficial da realidade, absorvendo as sombras (as representações distorcidas e incompletas da verdade) como o mundo real. A jornada do prisioneiro que escapa é uma alusão à busca pelo conhecimento filosófico e à necessidade de ir além das aparências para alcançar a verdade. Esse caminho, muitas vezes, exige um esforço e pode tornar-se até mesmo doloroso, pois envolve o abandono de certos ideais e o confronto com uma realidade mais dura e complexa (Chauí, 2003; Platão, 2023).

Logo, essa alegoria apresentada por Platão em sua obra mostra como a filosofia e a literatura podem complementar-se na busca de verdades mais profundas sobre a realidade e a condição humana, uma vez que ela representa o confronto com tais verdades.

Portanto, a escrita, o diálogo, o uso de narrativas e de metáforas chamam atenção para o método inovador de Platão para comunicar os saberes filosóficos, destacando a facilidade de reflexão dos temas discutidos entre os interlocutores para o alcance da compreensão (Gagnebin, 2016). Assim, a literatura é usada como recurso filosófico facilitador, pois, à medida em que a filosofia apresenta os conceitos, a literatura traz a representação dos mesmos, tornando seu entendimento mais acessível, assim como a literatura, ao incorporar elementos filosóficos, adquire uma profundidade capaz de ultrapassar o estereótipo de uma mera narrativa. Deste modo, ambas as áreas do conhecimento podem coexistir para a construção da reflexão e pela busca do discernimento e da lucidez.

Diante do que foi discutido, é evidente a percepção da compatibilidade entre a filosofia e a literatura na antiguidade, nas obras de Homero, Hesíodo e Platão, como citado anteriormente (Façanha, 2024). No entanto, vale ressaltar que tal relação não ficou restrita à antiguidade grega; atualmente, ainda é possível observar como essa conexão se estabelece.

Essa relação continua profunda e dinâmica, em que é possível manter um espaço para explorar questões como a condição humana, indagar valores e

provocar reflexões sobre a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, a filosofia é apresentada através da literatura, uma vez que, por intermédio das narrativas literárias, ela é capaz de expor os mais diversos conceitos, instigando o *filosofar* do leitor e, assim, propondo um paralelo entre a ficção e o mundo real (Gagnebin, 2016).

Pois a ambição da filosofia é entender o que aconteceu, nesse sentido, encontrar uma chave, conceitos em particular, para conhecer e reconhecer melhor o acontecido, aquilo que passou e sobre o qual ela se debruça [...]. Em oposição a esse olhar retrospectivo e examinador que ela também pode adotar, naturalmente, a literatura também arriscaria, as vezes sem mesmo o saber, uma *dimensão profética* [...]. Ela ousa falar daquilo que não aconteceu ainda, nesse sentido, daquilo que não existe, seja porque pertence a um futuro desconhecido, seja porque ela inventa outros mundos, imagina, enfim é ficção (Gagnebin, 2016, p. 11).

Logo, mesmo que a literatura trate de narrativas muitas vezes fictícias, tal recurso metafórico torna-se de grande utilidade, pois facilita a compreensão dos conceitos que a filosofia apresenta, favorecendo a clareza e estimulando o leitor no despertar da reflexão filosófica.

É possível observar, ainda, a contribuição da filosofia e da literatura na contemporaneidade. A célebre obra *Memórias do subsolo*, de Fiódor Dostoiévski (1821-1881), por exemplo, é capaz de comunicar a seus leitores, através da narrativa apresentada, um conceito de *niilismo*, caracterizado pela negação de valores e crenças que são considerados universais, e que ganhou força no pensamento europeu durante o século XIX (Sabino, 2023).

A narrativa é apresentada em primeira pessoa por um personagem anônimo, sendo ex-funcionário público e residente em um apartamento em São Petersburgo, deste modo, dialogando diretamente com o leitor de maneira confessional. Ele revela sua repulsa pelo mundo, pela sociedade e até por si mesmo; expõe suas angústias, contradições e o vazio de sua alma (Dostoiévski, 2000).

A obra apresenta um protagonista que expressa uma profunda descrença em valores, na racionalidade e nas instituições humanas. Ele não acredita na bondade ou no progresso da sociedade, e sua visão é marcada por um cinismo

extremo e por uma rejeição à busca pelo sentido da vida, diferente da ideia defendida pelo *iluminismo* que surgiu no século XVIII, valorizando a razão e colocando o homem novamente no centro do conhecimento. O personagem se mostra contrário à defesa de que a ciência ou a filosofia possam oferecer respostas concretas para os mais diversos dilemas humanos, desafiando a crença de que a racionalidade levará a uma sociedade ideal, tese defendida pelo *positivismo*. Nesse sentido, há uma descrença no potencial humano de ser guiado exclusivamente pela razão. Logo, o *niilismo* se caracteriza pela obra pelo fato de haver um questionamento por parte do protagonista à veracidade de qualquer sistema que propõe a imposição de ordem ou sentido à existência humana (Sabino, 2023).

Com a rejeição do personagem à tese otimista de que a perfeição moral e social é alcançável, é perceptível uma crítica ao determinismo científico e ao materialismo, o que o leva a acreditar que isso reduz o ser humano, privando-o de sua liberdade (Sabino, 2023). Ou, como nos relata o escritor russo, sobre a personagem principal da obra:

[...] mesmo que ele realmente mostrasse ser uma tecla de piano, mesmo que isso lhe fosse demonstrado, por meio das ciências naturais e da matemática, ainda assim ele não se tornaria razoável e cometeria intencionalmente alguma inconveniência, apenas por ingratidão e justamente para insistir na sua posição (Dostoiévski, 2000, p. 44).

Portanto, a busca pela razão absoluta tem como intenção esclarecer o ser humano a ponto de fazê-lo agir conforme as leis naturais e morais. Entretanto, tal atitude sufocaria o ser humano, que tentaria provar sua liberdade em relação ao que lhe é proposto (Sabino, 2023). Logo, tal posicionamento reforça a crítica em relação à superestimação do conhecimento científico como uma espécie de salvador da sociedade humana, construindo uma noção utópica de que o progresso social só pode ser alcançado através da racionalidade e das ciências. Diante disso, o *niilismo* se apresenta como opositor a essa tese, defendendo a rejeição dos valores morais e do conhecimento científico, o que é claramente relatado na obra pelo personagem que critica veementemente tais ideias (Dostoiévski, 2000; Sabino, 2023).

Em *Memórias do subsolo*, Dostoiévski não se refere ao *niilismo* apenas como um problema filosófico, mas como uma questão de dimensão social, uma vez que, na época, a Rússia era influenciada por uma espécie de “importação de ideias” da Europa Ocidental, derivadas das novas filosofias que ali surgiam, o que influenciou o autor a relatar sua crítica à modernidade russa, tal como é apresentada em sua obra (Oliveira, 2012).

Portanto, Dostoiévski faz uso dessa narrativa para criticar a sociedade russa da época, que, como mencionado anteriormente, era influenciada pelas teses da Europa Ocidental. Assim, ele utiliza a ferramenta da *literatura* para comunicar sua crítica à sociedade, apresentando, mesmo de forma indireta, o conceito de *niilismo*, que, embora seja um problema filosófico, é abordado em sua literatura como uma questão moral e social também (Oliveira, 2012). Logo, através desta, é possível notar como a filosofia é abordada na literatura, trazendo à tona as ideias que lhe são de competência, enriquecendo as narrativas e aproximando o leitor do conhecimento filosófico.

Outra contribuição que pode ser observada nesta relação entre a filosofia e a literatura é na obra do escritor brasileiro Machado de Assis (1839-1908), *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. A história começa com Brás Cubas, o protagonista, descrevendo sua própria morte, que ocorreu devido a uma pneumonia, e, a partir daí, ele começa a narrar os principais acontecimentos de sua vida ocorridos enquanto ainda estava vivo (Assis, 2004).

A obra aborda temáticas como a mortalidade, as relações sociais, as ambições do homem, nas quais o autor explora uma perspectiva cínica sobre a natureza egoísta e superficial da elite brasileira, convidando o leitor à reflexão sobre um modo de vida inautêntico, guiado pela vaidade e pelos interesses próprios (Guimarães, 2017).

Nesta produção literária, assim como em *Memórias do subsolo*, também percebe-se uma noção de *niilismo*, pois o personagem faz sua crítica à sociedade aristocrata, expondo o absurdo das convenções sociais. Ele também apresenta uma visão da vida como algo destituído de sentido ou de propósito grandioso (Soares, 2024). Tal percepção é evidenciada na maneira como o personagem descreve sua narrativa com ironia e cinismo: “Ao verme que

primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas” (Assis, 2004, p.11).

A perspectiva pessimista em relação aos aspectos da evolução da humanidade é notada à medida que o autor faz comentários irônicos que remetem ao estado da sociedade e às reais intenções por trás dos feitos humanos, como a obtenção de lucro e *status* social (Soares, 2024). Essa característica pode ser percebida quando o personagem descreve seu objetivo na criação do *Emplasto*:

Essa ideia era nada mais nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e profundos efeitos [...]. Talvez os modestos me arguem esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis. Assim, a minha ideia trazia duas faces [...] uma virada para o público e outra para mim. De um lado filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: amor da glória (Assis, 2004, p. 14).

Ao falar sobre seu legado à humanidade, o personagem descreve, de maneira sarcástica, o desejo do homem em alcançar prestígio social. Mesmo que o objetivo de criar um medicamento seja a saúde humana, ele não faz discrição de seu desejo por fama, riqueza e sucesso. Esses desejos permeiam toda a sociedade, o que confere à obra sua característica crítica e que desafia os ideais românticos, adquirindo uma visão cética do mundo e colocando em pauta a moral da sociedade e os princípios que a regem (Soares, 2024).

Outro aspecto interessante é que é possível perceber a relação entre os conceitos filosóficos presentes nas literaturas, em especial na obra de Machado de Assis aqui referida, e a ideia de *ser-para-a-morte* defendida por Martin Heidegger (1889-1986). Tal ideia é defendida pelo filósofo alemão, que alega que a existência humana é definida pela consciência de sua própria finitude. Assim, a morte não seria o “fim”, mas uma realidade que deve ser constantemente reconhecida e compreendida. Deste modo, tal consciência da mortalidade permite que o homem confronte consigo mesmo questões essenciais sobre sua existência e sua autenticidade (Rocha, 2016).

Nessa obra, a ideia a respeito da morte é bem evidente, pois, de imediato, é perceptível que o narrador, Brás Cubas, já se encontra morto, identificando-se, assim, como um *defunto autor*. “(...) eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor (...)” (Assis, 2004, p. 17). Essa condição torna-se crucial para o desfecho da obra, onde o autor, em sua condição vivente, narra os acontecimentos de sua vida. Assim, a morte adquire um ponto de vista privilegiado para o personagem, pois este encontra-se numa posição transcendente do tempo humano, o que o faz liberto das pressões e padrões sociais, permitindo-lhe fazer uma análise da sua vida e da sociedade à qual se encontrava de modo mais crítico e distanciado (Rocha, 2016). Ou, nas palavras do Machado de Assis:

Inclinei os olhos a uma das vertentes, e contemplei, durante um tempo largo, ao longe, através de um nevoeiro, uma coisa única. Imagina tu, leitor, uma redução dos séculos, e um desfilar de todos eles, as raças todas, todas as paixões, o tumulto dos impérios, a guerra dos apetites e dos ódios, a destruição recíproca dos seres e das coisas (Assis, 2004; p. 26).

O fato de o personagem relatar sua história após a morte reforça a tese de que esta é inevitável e que molda a compreensão da própria existência. Essa narrativa desperta no leitor uma reflexão sobre a fragilidade da vida e o confronto com a morte. Da mesma forma, “Heidegger propõe que a morte deve ser enfrentada para que a existência autêntica seja possível. Machado de Assis, por meio de Brás Cubas, revela como a consciência da finitude torna a vida um objeto de reflexão” (Rocha, 2016, p. 45).

Outra obra literária em que é possível explorar essa ideia heideggeriana de *ser-para-a-morte* é *O Pequeno Príncipe*, do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry (Freitas, 2015). Ela conta a história de um piloto de avião perdido no deserto que encontra um garotinho, o pequeno príncipe de um planeta distante, e os dois desenvolvem uma relação de amizade. O príncipezinho descreve sua jornada até o planeta Terra, ensinando ao piloto lições valiosas sobre aspectos da vida adulta, como amor e ambição, fazendo-o refletir sobre as futilidades e preocupações da vida humana (Exupéry, 2015).

O momento crucial para notar a semelhança com a ideia de Heidegger é quando o príncipe decide regressar ao seu mundo e, em sua inocência, aceita a

ajuda de uma cobra para isso, que lhe sugere a morte como a maneira mais rápida e eficaz para o retorno ao seu planeta: “Aquele que eu toco, eu o devolvo à terra de onde ele saiu” (Exupéry, 2015; p. 60). Essa afirmativa representa a perspectiva da cobra a respeito da morte como forma de resolução das demandas do *pequeno príncipe* e o seu desejo de voltar para o planeta ao qual pertence, pois lá encontra-se seu amor, a rosa (Freitas, 2015).

Assim, a cobra propõe a morte, mas, ao mesmo tempo, representa a transição e o retorno ao essencial, gerando um enfrentamento da finitude da jornada do personagem. Ele percebe que é necessário lidar com essa realidade para dar sentido às suas experiências vividas em sua viagem à Terra e ao amor que sente por sua rosa (Freitas, 2015).

Parece que para Saint-Exupéry, a morte está totalmente ligada à vida. Não há fuga, não há medo, contudo ela deve ter significado. O príncipezinho faz uma longa jornada até reencontrar a serpente. Sem encontrar com o outro e com o mundo sua vida não tinha sentido, consequentemente sua morte também não (Freitas, 2015, p. 25-26).

Como apresentado anteriormente, o *ser-para-a-morte* gera um despertar para o valor da própria existência, permitindo ao homem viver de forma autêntica, pois “a existência autêntica fixa perenemente o olhar na morte e tudo vê à sua luz” (Freitas, 2015 apud Heidegger, 2005, p.25). Logo, o indivíduo que compreende sua mortalidade pode dar mais sentido à vida, percebendo a limitação do tempo de modo que dê ênfase ao que realmente importa (Barros, 2024).

Portanto, a jornada do *pequeno príncipe* reflete a tese da superficialidade da vida adulta, gerando a perda da genuinidade da vida e convidando a um retorno a esse estado, reforçando a tese heideggeriana do enfrentamento da morte não como um fim biológico, mas como um recurso fundamental da existência humana (Barros, 2024).

Diante do exposto, é possível notar uma colaboração pedagógica essencial entre a filosofia e a literatura, de forma que ambas se correlacionem num movimento mútuo: a filosofia apresenta um conceito, uma ideia; já a literatura é capaz de representar esses conceitos apontados através das ilustrações e

metáforas, características marcantes das artes literárias. “Longe de ser um simples divertimento ou uma distração agradável, a literatura, justamente porque é *ficção*, coloca em questão o real como critério exclusivo de verdade. A literatura nos permite uma ampliação e uma transformação da experiência humana” (Gagnebin, 2016).

Mesmo que a literatura trate de fantasias e ficções, ela é capaz de despertar no leitor emoções e sentimentos dos mais variados, ou seja, ele é capaz de conectar-se com a história que está sendo narrada. Esse ato de reconhecer-se dentro da narrativa gera a possibilidade do despertar para a reflexão, uma reflexão filosófica, auxiliando-o na compreensão dos ideais transmitidos na obra e instigando-o à manutenção do pensamento crítico sobre sua realidade. Assim, tal colaboração permite a abrangência do pensar, ampliando as possibilidades de variações no conhecimento humano.

Deste modo, nota-se que ambas as áreas do conhecimento apresentam um diálogo entre a linguagem e o mundo, de modo que, ainda que trate de narrativas fictícias, a literatura se torna fundamental por trazer reflexões sobre o real, e a filosofia amplia a clareza que o leitor possui diante dos enigmas ali apontados. Por isso, essa relação se torna tão rica e necessária para a representação do próprio mundo e até mesmo para servir como agente facilitador da compreensão e do despertar para o interesse filosófico dos leitores em geral (Gagnebin, 2006; Façanha, 2024).

Dada a importância dessa analogia, será destacada essa relação através do conceito de Ideologia exposto pelo filósofo alemão Karl Marx na obra *1984* do escritor inglês George Orwell.

A obra de George Orwell, publicada em 1949, retrata um mundo totalitário que se passa no futuro, já que a narrativa ocorre no ano de 1984. O autor descreve uma Londres sob domínio de um governo totalitário que mantém os seus cidadãos sob controle absoluto. Um dos recursos usados para a manutenção desse controle social é a disseminação de ideologias pelos líderes do governo (Orwell, 2021).

As ideologias propagadas pelo *Partido* (governo que controla a narrativa) estão presentes em todas as áreas do território londrino: nas sedes dos

governos, através dos ministérios; na linguagem; nas casas dos cidadãos; nas escolas e até mesmo no pensamento dos indivíduos (Orwell, 2021). Logo, o recurso ideológico torna-se indispensável na narrativa, auxiliando na vigilância dos moradores da cidade, a fim de controlá-los e evitar uma possível revolução, mantendo o *Partido* no poder (Orwell, 2021; Marx; Engels, 2019).

Nesse sentido, serão abordados os aspectos ideológicos presentes na obra de Orwell e a concepção de ideologia defendida por Marx, destacando as afinidades entre o conceito filosófico e sua suposta aplicação na narrativa literária.

Entretanto, é importante, primeiramente, discutir o conceito de ideologia, seu surgimento e mudanças semânticas sofridas ao longo do tempo. Esses tópicos serão discutidos no próximo capítulo.

3. O CONCEITO DE IDEOLOGIA

O conceito de Ideologia tornou-se muito presente em nossa sociedade; é possível ver que as pessoas discutem a respeito, dialogam e até mesmo acusam-se de praticar tal ato. Entretanto, muitos desconhecem seu real sentido e a maneira como se aplica em nosso cotidiano. Logo, compreender seu significado auxilia na percepção de sua manifestação na sociedade.

A definição do termo “ideologia” é ampla, sendo tratada por vários pensadores, e sofreu alterações ao longo do tempo e em diferentes períodos da história. Assim, de acordo com a época de cada autor, o termo foi passando por mudanças e evoluções, uma vez que os pensadores o definiam com base em sua contemporaneidade.

A expressão *Ideologia* surgiu pela primeira vez no final do século XVIII pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836), mais especificamente em sua obra “*Eléments d’Idéologie*”. O autor demonstra o uso do termo de um modo mais etimológico (ideo + logia), como uma espécie de estudo das ideias (Williams, 1979). A intenção dele era apresentar o termo como uma ciência das ideias, um método para explicar as origens do pensamento, onde é elaborada uma teoria sobre as faculdades sensíveis responsáveis pela formação do pensamento: vontade, razão, percepção e memória (Chauí, 2008).

Para Tracy, a *ideologia* possuía um cunho científico, influenciado pela tradição empírica, cuja área se tratava da razão e das ideias como produtos originários da mente humana. Para ele, a chamada “ciência das ideias” deveria ser caracterizada como uma ciência natural, pois afirmava que todas as ideias se originam da experiência que o homem tem com o mundo (Williams, 1979), e especificamente, enquadrava-se na Zoologia:

Temos apenas um conhecimento incompleto do animal, se não conhecermos suas faculdades intelectuais. A ideologia é parte da Zoologia, sendo especialmente no homem que essa parte é importante e merece ser conhecida com maior profundidade (Tracy, 1801 apud Williams, 1979, p. 61).

Tal afirmação está pautada no empirismo científico, pois ele defende que “os elementos reais da ideologia são nossas faculdades intelectuais, seus

fenômenos principais e suas circunstâncias mais evidentes” (Williams, 1979, p.61). Deste modo, à ideologia foi atribuída uma característica fisiológica do corpo humano, ligada exclusivamente à sensação do homem diante das experiências com o mundo.

Tracy possui uma perspectiva positiva em relação a ideologia, pois considera a área de estudos das ideias de caráter científico como meio de compreender como elas se desenvolvem dentro da razão humana. Partindo da tese de que todas as ciências originam-se de ideias, a ideologia seria soberana sobre todas as demais, garantindo a unidade entre elas (Eagleton, 1997). O autor dedica-se, também, a analisar os possíveis efeitos das ações voluntárias na medida em que seus efeitos contribuem para a aptidão para prover as mais diversas necessidades do homem (Chauí, 2008). Assim, as ideias tornavam-se fundamentais para a evolução da sociedade, pois aplicando-as de modo correto, a humanidade poderia alcançar o progresso através da razão e o bem-estar social, uma vez que “reconstruiria completamente a política, a economia e a ética, partindo dos processos mais simples de sensação até as regiões mais sublimes do espírito” (Eagleton, 1997, p.68).

Destutt de Tracy viveu durante o auge da Revolução Francesa. Foi numa cela de prisão que esboçou o conceito de ciência das ideias e, dessa forma, a noção de *ideologia* nasce de condições inteiramente ideológicas: “a ideologia pertencia a uma política racional, contrária à barbárie irracionalista do Terror” (Eagleton, 1997, p.68). Logo, acreditava-se que a razão poderia promover a restauração da sociedade, assim como *liberdade, igualdade e fraternidade*, princípios norteadores e fundamentais da Revolução Francesa. Após ser colocado em liberdade, ainda no auge da Revolução, Tracy torna-se um membro importante da ala teórica de um instituto formado por grandes cientistas e filósofos que tinham responsabilidade pela reconstrução social da França (Eagleton, 1997).

Até então, tais cientistas e filósofos recebiam total apoio de Napoleão Bonaparte, pois ele havia se encantado com o instituto e ficava orgulhoso por ser um membro honorário. Assim, os componentes do instituto logo o apoiaram no golpe de 18 Brumário, pois acreditavam que ele era um liberal continuador

dos ideais da Revolução Francesa. Como resultado, foram nomeados vários membros do instituto como senadores ou tribunos (Chauí, 2008).

Entretanto, essa colaboração entre os membros do instituto e Bonaparte durou pouco, pois logo se decepcionaram ao notarem que ele era um restaurador do antigo governo. Os ideólogos, como assim eram chamados os componentes do instituto, se opuseram às leis de segurança do Estado, o que os levou à exoneração de seus cargos no governo e ao fechamento do instituto. Napoleão também formulou novos decretos para a fundação da Universidade da França, que deram plenos poderes aos inimigos dos ideólogos, levando-os a fazer parte do partido opositor ao de Bonaparte (Chauí, 2008).

Napoleão foi quem inaugurou o uso pejorativo do termo *ideologia* ao fazer acusações aos ideólogos que lhe fizeram oposição, alegando que eles eram idealistas e que seus pensamentos e argumentos não condiziam com a realidade. Para ele, os pensadores e cientistas revolucionários, à medida que propagavam suas ideias, estavam tentando deturpar a realidade de acordo com suas próprias perspectivas, em vez de focar nas necessidades reais e concretas que norteavam a sociedade (Eagleton, 1997). Napoleão declarou:

É a doutrina desses ideólogos – a essa metafísica difusa, que de uma maneira tortuosa busca encontrar as causas primárias e sobre tal base deseja construir a legislação dos povos, em lugar de adaptar as leis a um conhecimento do coração humano e das lições da história – que devemos atribuir todas as infelicidades que caíram sobre a nossa bela França (Naess, 1956 apud Williams, 1979, p. 62).

A partir de tal discurso, Bonaparte distorceu o sentido original da expressão *ideologia*, colocando-o em um uso pejorativo, distorcendo também a real imagem que os ideólogos da época tinham a respeito de si mesmos: “eles que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram chamados de *tenebrosos metafísicos*, ignorantes do realismo político que adapta as leis do coração e as lições da história” (Chauí, 2008, p.11).

Nesse sentido, tal conceito adquiriu uma característica que representa uma visão distorcida e fantasiosa da realidade, usada para promover ideais políticos sem base prática. A partir dessa crítica de Napoleão, o termo passou a ser associado a uma conotação negativa, pois, para ele e seus seguidores, a

Ideologia era um recurso que poderia ser utilizado para manipular a sociedade e servir de justificativa para os interesses políticos que não atendiam, necessariamente, ao benefício da população em geral.

A *ideologia* voltou a ser empregada em seu sentido original em meados do século XIX, com o surgimento do *positivismo* de Auguste Comte (1798-1857). Ele defende a evolução do espírito humano em três estágios: O estágio *Teológico*, em que o homem busca explicação para os fatos nas ações divinas; o estágio *Metafísico*, que se baseia na busca pelas explicações através de princípios abstratos e ideais filosóficos; e, por fim, o estágio *Positivo*, em que a busca pelas respostas está pautada no pensamento científico e empírico. Essa tese defende que, para que a sociedade possa evoluir, é necessário que fundamente suas leis morais e a política na observação empírica e em bases científicas, assim como o estado Positivo. Deste modo, a sociedade alcançaria seu pleno progresso (Chauí, 2008).

De acordo com o autor, cada fase demonstra a evolução do homem e da sociedade, evidenciando a transformação em relação às explicações dos fatos. Nesse sentido, cada fase expressa sua ideologia, portanto, nesse aspecto, a *ideologia* teria um sentido de teoria (Chauí, 2008):

[...] Esta, sendo entendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, indo desde a formação das ideias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e nas mais particulares, na moral. Como teoria, a ideologia é produzida pelos sábios que recolhem as opiniões correntes, organizam e sistematizam tais opiniões e, sobretudo, as corrigem, eliminando todo elemento religioso ou metafísico que porventura nelas exista [...], a ideologia, enquanto teoria, passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens, que devem submeter-se aos critérios e mandamentos do teórico antes de agir (Comte, 1877 apud Chauí, 2008, p. 11).

Deste modo, com o surgimento do *Positivismo*, além de a *ideologia* manter seu sentido original filosófico-científico, que se debruça sobre a formação das ideias, ela também adquire um novo significado: um conjunto de ideias de uma época, independentemente de serem oriundas do senso comum ou de pensadores deste período. Assim, tanto o estágio Teológico quanto o Metafísico seriam formas primitivas de ideologia, pois as teses formuladas sob o critério de atuações divinas ou conceitos abstratos não são suficientes para promover o

ideal científico que o estágio Positivo exige, resultando em um atraso no pleno desenvolvimento do homem como indivíduo e como coletividade, ou seja, na sociedade em geral.

Mais tarde, o termo também aparece na Sociologia através de Émile Durkheim (1858-1907), como sendo uma classificação oposta aos chamados *atos sociais*, ou seja, sendo o fato social maneiras de pensar e agir que exercem força sobre os indivíduos, obrigando-os a se adaptarem às regras da sociedade. A *ideologia*, para ele, consiste então em valores e conceitos individuais, pois esses se tornam irrelevantes para o fato social, uma vez que são essas manifestações externas que estão acima do indivíduo (Durkheim, 1895 apud Chauí, 2008).

Durkheim tinha a intenção de caracterizar a Sociologia como ciência e, para isso, era necessário tratar o *fato social* como objeto de estudo, assim como fazem os cientistas da natureza, por exemplo. Dessa forma, a condição para que a Sociologia se tornasse uma ciência era excluir toda e qualquer subjetividade ou interioridade do cientista, ou seja, a análise diante do *fato social* teria que ser inteiramente imparcial. Assim, o sociólogo avaliaria a sociedade como um cientista, de maneira distante, como se não fizesse parte dela (Eagleton, 1997). Nas palavras de Durkheim, é possível identificar essas características da ideologia:

O homem não pode viver no meio das coisas sem fazer delas ideias segundo as quais regula o seu comportamento. Mas, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades que as correspondem, tendemos naturalmente a substituí-las a estas últimas em vez e a fazer delas a própria matéria de nossas especulações. Em vez de observar as coisas, de as descrever, de as comparar, contentamo-nos em tomar consciência de nossas ideias, em analisá-las, em combiná-las. Em vez de uma ciência de realidades, não fazemos senão uma mera análise ideológica (Durkheim, 2004, p.49).

Logo, Émile Durkheim associa a *ideologia* a todo e qualquer pensamento que não for embasado no critério científico, que não parte de observações e da racionalidade, e não houver distanciamento entre o *sujeito* e o *objeto* ali analisados, neste caso, a sociedade. Assim, toda e qualquer tese que não parta e não atenda aos critérios dos *atos sociais* (coercitividade, exterioridade,

generalidade) é considerada ideológica, visto que recebe influência da subjetividade e da interioridade de quem as idealizou (Durkheim, 2004).

Durante o século XIX, Karl Marx (1818-1883), juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), elaborou uma crítica ao pensamento hegeliano que dominava o intelecto europeu da época, crítica essa que recebeu o nome de *A Ideologia Alemã*¹. Tal crítica se endereçava aos ideólogos alemães posteriores a Hegel, em que ele defendia que as ideias são os motores da história, ou seja, as ideias são consideradas os principais motores das transformações históricas.

Marx discordava de tal afirmação, pois a considerava uma espécie de inversão. Para ele, a grande questão do idealismo hegeliano era dar ênfase às ideias, afirmando que estavam no centro da história. Esse argumento desconsiderava as condições econômicas e materiais que determinavam as relações sociais e as ideias de cada época. Deste modo, não seriam as ideias as grandes responsáveis pelo desenvolvimento da história, mas, ao contrário, é justamente a produção material e as condições econômicas que determinam as ideias (Eagleton, 1997).

Marx dirige duas críticas principais aos jovens seguidores de Hegel (Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner): a primeira refere-se à maneira em que esses filósofos gostariam de propor um sistema diferente do que foi apresentado por Hegel, criticando apenas um aspecto de sua teoria em vez de abrangê-la totalmente. Assim, alegava Marx, os críticos de Hegel substituíram apenas sua dialética por uma fraseologia sem sentido e sem consistência (Chauí, 2008). A segunda crítica consiste no fato de que cada um deles tomou uma característica da realidade humana, transformou-a numa ideia universal e passou a deduzir todo o real dessa característica idealizada (Chauí, 2008).

Ludwig Feuerbach, um dos seguidores idealistas de Hegel, respeitado por Marx, deu um pequeno avanço em relação à dialética hegeliana ao criticar a religião como projeção das necessidades humanas (Eagleton, 1997):

¹ *A Ideologia Alemã*, escrita por Karl Marx e Friedrich Engels entre 1845 e 1846, é uma obra que apresenta os fundamentos do *Materialismo Histórico*, enfatizando que as condições materiais de existência influenciam diretamente a consciência e as ideias humanas. Inicialmente, a obra circulou com a publicação parcial dos manuscritos sobre Feuerbach em 1923, apenas em 1932 a obra completa foi lançada na antiga União Soviética.

Feuerbach parte do fato da autoalienação religiosa, da duplicação do mundo em um mundo religioso, imaginário e um mundo real. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em sua base terrena. Ele ignora que, após a conclusão deste trabalho, resta ainda por fazer o principal. A saber, o fato de que a base terrena se destaca de si mesma e se fixa nas nuvens como um império independente só pode ser explicado precisamente pelo auto esfacelamento e autocontradição desta base terrena. Ela própria deve, portanto, ser primeiramente entendida em sua contradição e, então, ser revolucionada na prática pela eliminação da contradição. Assim, por exemplo, tão logo se descobre que a família terrena é o segredo da sagrada família, a primeira deve ser então, ela própria, criticada na teoria revolucionada na prática (Marx; Engels, 2019, p. 90).

Nesse sentido, Marx e Engels descrevem que tais críticas feitas ao sistema hegeliano permanecem restritas ao nível das ideias, excluindo a base material que faz com que essas ideias sejam sustentadas (Williams, 1979). Logo, os filósofos apoiadores de Hegel mantinham a tese de que a transformação da sociedade dependia principalmente de mudanças na consciência (nas ideias), enquanto Marx, por sua vez, opõe-se ao afirmar que são as produções materiais e a economia que determinam as ideias. Diferentemente de Hegel, Marx defende que são esses fatores que estabelecem a história, chamado de *materialismo histórico* (Eagleton, 1997).

Segundo Marx, diferente do que propõe o idealismo de Hegel, para entendermos as sociedades e como elas se consolidam, é necessário olhar para o que fazem e não para o que pensam: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p.47). Dessa maneira, o autor busca explicar as transformações sociais e históricas com base nas condições materiais às quais estão inseridas. Logo, o *materialismo histórico* vem a ser um modo de compreensão da história através da perspectiva material, ou seja, da sua produção material. Portanto, a maneira como os indivíduos de uma sociedade produzem e reproduzem sua existência é o que irá determinar o desenvolvimento de tal sociedade.

Em uma sociedade, ou comunidade, alguns cultivam algodão e outros o colhem; outros o transformam em tecidos para que terceiros confeccionem roupas que, por sua vez, são vendidas por outros indivíduos. Assim, o autor

compreende o *materialismo* como um processo coletivo de produção e reprodução das condições materiais de vida (Campoy; Mattar, 2023): “o modo de produção de vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, 2008, p.47).

A tese materialista da história parte do princípio de que a produção e a troca dos produtos dessa produção são a base de toda ordem social. Deste modo, a ética, a filosofia, a educação, a divisão social, a política e tudo o que diz respeito à formação desta sociedade estará pautado na produção material ali vigente. No feudalismo, por exemplo, a terra era o principal meio de produção e a organização social era feita a partir desta produção (a religião, o governo, as classes sociais). No capitalismo industrial, por sua vez, são as fábricas o meio de produção dominante e a sociedade mudou para adequar-se a essa nova “economia”. No feudalismo, era a nobreza que detinha esses meios de produção; no capitalismo é a burguesia. A religião predominante do feudalismo era o catolicismo e no capitalismo o protestantismo (Campoy; Mattar, 2023). Assim, os princípios sociais se alteram de acordo com o modo de produção que se apresenta na sociedade e na história.

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na história, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social de classes ou estamentos, se orientam pelo que se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio, não se deve buscá-las na *Filosofia*, mas na *Economia* da época de que se trata (Engels, 1964, p. 264).

Marx, portanto, reitera a afirmação de que não são as ideias ou as filosofias que determinam as condições sociais históricas, mas sim o fator econômico, ou seja, o modo como a sociedade garante seu meio de subsistência. Seja na pesca, na agricultura, na pecuária, no trabalho industrial, é o modo de produção de cada sociedade que irá determinar toda a sua estrutura social e intelectual. Assim, não será o *idealismo* que estabelecerá a “raiz” da sociedade, mas sim os

meios de produção, que também servirão de base para toda a ética, educação, religião, leis e todos os outros princípios e valores dessa sociedade.

A estrutura econômica da sociedade é chamada por Marx e Engels de *base* (infraestrutura), que corresponde a todo um conjunto das relações econômicas, e é a partir delas que se determina a produção e a reprodução da vida material. A *base* inclui as forças produtivas, como a mão de obra e ferramentas de trabalho, e as relações de produção, propriedade e divisão de classe (Marx, 2017). Ela é o alicerce, o fundamento da sociedade, e é a partir daí que serão moldadas suas condições materiais: “da mesma maneira que em um edifício os alicerces servem de base para sua construção, a estrutura econômica é a base de todo edifício social” (Harnecker, 1981, p.91).

A partir da *base* é que toda a formação intelectual e “espiritual” (leis, cultura, política, religião, educação) terá seu fundamento; essa dimensão social é chamada de *superestrutura*. É a *base* econômica que determinará o funcionamento da *superestrutura*, pois ela é um reflexo dos modos de produção presentes nessa sociedade. Logo, os meios econômicos serão predominantes em todos os aspectos da “consciência social” (Netto, 2011). Ou, nas palavras de Marx:

[...] Na produção social da própria existência, os homens entraram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2008, p. 47).

Como no exemplo citado anteriormente, no feudalismo, a *base*, fundada na servidão, originou uma *superestrutura* monárquica, a qual a nobreza controlava o governo, e a religião afirmava a “escolha divina” dos líderes da sociedade. Com a chegada do capitalismo, principalmente na indústria, em que a atividade do trabalho era realizada, houve a introdução das máquinas e relações de trabalho assalariado; com isso era necessária a implementação de um conjunto de leis para proteger a propriedade privada, a disseminação da liberdade de mercado e as artes que refletiam a vida urbana (Campoy; Mattar, 2023).

Outro aspecto importante que também está contido no *materialismo histórico* é a *luta de classes*. Para Marx, a história sempre refletiu o conflito entre as chamadas classes dominantes e as classes dominadas, gerado pelos interesses opostos entre elas. Ele afirma que a posse dos meios de produção jamais foi igualmente distribuída, pois sempre era propriedade de um grupo social específico: a classe dominante. Os demais, que precisavam se submeter aos interesses dos donos dos meios de produção, formavam a classe dominada. Nesse sentido, no feudalismo, a nobreza era possuidora dos meios de produção e os servos eram subjugados. Após a revolução industrial, os burgueses tornaram-se a classe dominante e os trabalhadores das fábricas passaram a fazer parte da classe dominada (Campoy; Mattar, 2023). A esse respeito, Marx e Engels observa que:

A história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu uma transformação revolucionária de toda sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto [...]. A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas condições de opressão, por novas formas de luta. O que distingue nossa época – a época da burguesia – é ter simplificado a oposição das classes. Cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado (Marx; Engels, 2023, p. 23-24).

A *burguesia* e o *proletariado* estão em conflito, uma vez que seus interesses são opostos. Enquanto a classe dominante busca o lucro e, para isso, explora a classe trabalhadora, a classe dominada busca melhores condições de vida e de trabalho e, em todo caso, a abolição da exploração. Com efeito, como os burgueses tiraram a nobreza do poder econômico e político, derrubando o feudalismo e iniciando o capitalismo, assim Marx acreditava que o proletariado, em algum momento, também despertaria de sua condição de explorado (Harnecker, 1981).

No capitalismo, como visto anteriormente, quem detém os meios de produção, a *base*, detém também o controle da *superestrutura*: a política, as leis, a cultura e inclusive as ideologias. Logo, sendo a *burguesia* a detentora desses meios de produção, será ela quem determinará todo aparato intelectual da sociedade; será ela quem disseminará as ideias que as massas, o *proletariado*, devem seguir. Tais ideias são pautadas em seu próprio interesse (Harnecker, 1981).

Através da *superestrutura*, as *ideologias* são usadas como ferramentas para manter a sociedade organizada e controlada. Esse controle se dá por meio das instituições (religião, política, cultura e as leis) que reproduzem as relações de poder da *base* econômica, moldando, assim, todo um padrão de comportamento que é ditado pela classe dominante e reproduzido pela classe dominada.

Sobre as diversas formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, toda uma superestrutura é construída, de sentimentos vários e de formas peculiares, ilusões, hábitos de pensamento e concepções de vida. Toda classe produz e dá forma a eles, a partir de sua base material e das correspondentes condições sociais. A unidade individual em cujo sentido fluem através da tradição e educação pode imaginar que eles constituem as verdadeiras razões para a sua conduta e as premissas para essa conduta (Marx, 2011, p. 148).

Segundo Marx, o poder da classe dominante é garantido por meio de aparelhos repressivos, sendo um deles os aparelhos ideológicos, que servem para controlar as ações e ideias dos indivíduos, de modo que mascaram a exploração da *burguesia* à qual os indivíduos estão sujeitos. Esses aparelhos ideológicos estão presentes na *superestrutura* da sociedade: na religião, nas escolas, na família (Campoy; Mattar, 2023). Marx e Engels observam a respeito disso:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção intelectual, de modo que, geralmente, os pensamentos daqueles a quem faltam os meios de produção intelectual são, ao mesmo tempo, submetidos a essa classe. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são expressões

das relações que precisamente tornam uma classe dominante; ou seja, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2019, p. 46-47).

Com isso, o autor apresenta a ideologia como ideias ou discursos disseminados pela classe dominante de uma sociedade, em específico, a *burguesia*, para com a classe dominada, o *proletariado*. Tais ideias são apresentadas com o objetivo de manter o poder da classe dominante e são usadas para disfarçar a realidade à qual a sociedade está de fato submetida. A concepção marxista de ideologia está atrelada, como discutido anteriormente, à luta de classes, ou seja, aos interesses que a *burguesia* tem em manter-se no poder através da exploração do *proletariado* pelos meios de produção.

A *ideologia* atua como mantenedora dessa luta de classes, cujos interesses da classe dominante prevalecem. Segundo Marx, existe a diferença entre o “trabalho manual” e o “trabalho intelectual”; esta diferença reside no fato de que a *burguesia*, que detém o acesso aos saberes e é responsável pela produção e disseminação de ideias, realiza o “trabalho intelectual”; enquanto o *proletariado*, que tem seu acesso ao conhecimento restringido, executa o “trabalho manual”, como receptor das ideias que a classe dominante lhe apresenta (Marx, 2008).

Assim, as concepções de cunho ideológico têm por objetivo assegurar a relação entre os indivíduos e classes, adaptando as massas às suas funções previamente determinadas pela sociedade, assegurando a condição de exploradas das massas coagindo-as, mesmo que imperceptivelmente, a aceitar sua própria condição de exploradas como algo natural, algo determinado pelo divino (Harnecker, 1981).

Para exemplificar, Max Weber (1864-1920), em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), dedicou-se a investigar o surgimento da racionalidade do capitalismo e, especificamente, de onde nasce a tese de que é bom ficar rico, trabalhar, investir e acumular recursos materiais para si. Ele encontrou respostas para essa questão no protestantismo. Esta corrente religiosa defendia que a fé se praticava por meio de muito trabalho e uma vida simples, sem desperdícios ou vícios, e o fruto de seu trabalho era considerado presente de Deus, principalmente para os que exerciam um grande esforço. Com isso, Weber concluiu que esse modo de vida influenciou diretamente o

desenvolvimento do capitalismo, pois baseava-se na valorização moral do trabalho e no acúmulo de investimentos materiais. Assim, o trabalho adquiriu uma característica nobre para o homem, tornando-se grandemente valorizado pela sociedade em geral. Logo, um homem abençoado por Deus é aquele que se dedica ao trabalho, cresce financeiramente e possui acúmulo de posses, que são frutos de sua fé (Weber apud Campoy; Mattar, 2023).

Diante disso, nota-se que, na sociedade capitalista, a *burguesia*, que é detentora dos meios de produção e do “trabalho intelectual”, recebe uma condição de ser abençoada por Deus, pois, devido à sua detenção de capital, o *proletariado* tende a vê-la como um exemplo a ser seguido, uma vez que está na posição em que se encontra graças a seu esforço, pois Deus abençoa tal esforço. Do mesmo modo, o *proletariado* é induzido a dedicar-se cada vez mais ao seu trabalho, pois Deus abomina a preguiça. Esta classe tem a esperança de algum dia chegar ao lugar que Ele colocou a classe superior. Mal sabe ela que foi às custas de muita exploração de sua própria mão de obra que a classe superior chegou a esse lugar e continua nele. Logo, a classe dominante se apossa desse pensamento para manter-se em seu lugar de exploradora e a classe dominada em sua condição de explorada.

Outro exemplo que ilustra bem essa questão é o discurso da *meritocracia*, muito defendido pelo sistema capitalista. Esse discurso defende que, com muito esforço e *trabalho duro*, o indivíduo pode alcançar o sucesso, ocultando, por outro lado, que a realidade é bem diferente. Um indivíduo que não pertence à *burguesia* estará sujeito a tudo que a estratificação social lhe impõe: falta de oportunidades, discriminação, ausência de recursos financeiros, dentre outras desvantagens impostas pela luta de classes. Logo, a meritocracia é uma ideia falsa, uma ideologia, pois, apesar do belo discurso de superação, a maioria das pessoas não possui acesso aos mesmos recursos. Porém, tal discurso ainda é muito usado para persuadir as massas, fazendo-as trabalhar mais e gerar cada vez mais lucros para os capitalistas, que escondem seu principal interesse no *proletariado*: a exploração.

Atualmente, discursos como esse têm ganhado bastante notoriedade. A célebre frase “*trabalhe enquanto eles dormem*” é capaz de convencer um grande número de pessoas a aderir a um estilo de vida fundamentado na alta produção,

nas metas. Os chamados *coaches* são profissionais que disseminam discursos *passo a passo* para que os indivíduos possam, através desse método, crescer financeiramente, abrir sua própria empresa e consolidar sucesso profissional. Entretanto, o que é ocultado é que a grande maioria das pessoas não possui condições para aderir a tal estilo de vida, pois foram privados de educação, por exemplo, e não conseguem lidar com todos os desafios que este método proporciona. Além do mais, é um absurdo comparar o *trabalho manual* das massas com o *trabalho intelectual* do capitalista, criando a ilusão no trabalhador de que “é só se dedicar ao trabalho e sair da zona de conforto”, que alcançará o mesmo sucesso. Nesse sentido, Marx e Engels ensinam que:

A divisão do trabalho agora se expressa também na classe dominante como a divisão entre o trabalho intelectual e material, de modo que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe (seus ideólogos ativos, criadores de conceito, que fazem do aperfeiçoamento da ilusão dessa classe sobre si mesma seu principal meio de sustento), enquanto os outros se comportam de modo mais passivo e receptivo perante essas ideias e ilusões, porque na realidade são os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e pensamentos sobre si mesmos (Marx; Engels, 2019, p. 47).

Assim, a *ideologia* atua como um disfarce das relações de exploração em que a classe dominada se encontra, e a classe dominante faz uso de tal recurso disseminando essas ideias que impedem que percebam sua real e decadente situação de oprimido, criando uma espécie de “falsa consciência”, pois, discursos como esses fazem com que o explorado acredite que sua situação é pré-determinada e aceite-a com facilidade, impedindo assim qualquer resistência ou revolução, mantendo seu estado de submissão e o domínio dos capitalistas (Marx; Engels, 2019, 2023).

Nota-se que Marx retoma a característica pejorativa que, com Napoleão, foi atribuída ao conceito, pois, para ele, a *ideologia* claramente implica numa ilusão ou está associada a uma consciência distorcida da realidade, que é gerada pelas ideias dominantes, uma vez que essas ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes numa sociedade (Löwy, 2015).

Portanto, as *ideologias* são pensamentos que distorcem a realidade de maneira ilusória, com o intuito de controlar a sociedade. Essas ideias são criadas

pela classe dominante, cujos meios de produção e a *superestrutura* lhe pertencem, e disseminadas através das instituições sociais (religião, política, educação, etc.), de modo que a classe dominada, que é a receptora e reprodutora dessas ideias, aceite sua condição de explorada e oprimida como algo natural e predeterminado, evitando, assim, uma revolução. Logo, a classe dominante defende seus interesses atuando como mantenedora de sua posição privilegiada de controladora da sociedade e dos meios de produção, adquirindo lucro e poder pela mão de obra explorada do *proletariado* (Marx; Engels, 2019; 2023).

De posse dos elementos teóricos expostos até o momento, o caminho argumentativo desta monografia seguirá para outra etapa. Sendo assim, no próximo capítulo será discutida a aplicação desse conceito no interior da obra literária de George Orwell, *1984*, uma vez que o conceito marxista de ideologia a define como uma construção social com o objetivo de preservar o domínio do poder vigente. Seguiremos esse itinerário interpretativo, pois o texto de Orwell nos sugere que tal controle ideológico e manipulação da realidade são exercidos sobre certas personagens do enredo, uma vez que tais recursos se mostram fundamentais para a manutenção do governo totalitarista ali presente. Portanto, será abordada a relação entre a teoria e a aplicação do termo, pois, ao compreender a *ideologia* em Marx, é oferecida uma estrutura teórica para que possam ser percebidos os mecanismos de controle social apresentados na obra, como a alteração de fatos históricos, a manipulação do idioma e a vigilância extrema. Assim, sugerimos, a seguir, que a obra literária *1984* exemplificará a aplicação do conceito marxista e sua relevância para perpetuar o domínio de um grupo social privilegiado.

4. KARL MARX E A IDEOLOGIA EM 1984

Como discutido anteriormente, a tese marxista do *Materialismo Histórico* defende que toda sociedade é formada pela *base* e pela *superestrutura*, e, dentro desta última, existem dois níveis: o jurídico-político e o ideológico (Harnecker, 1981). Antes de discutir a relação entre a *ideologia* em Marx e a obra de George Orwell, *1984*, é importante discorrer a respeito desses dois fatores presentes na *superestrutura* para facilitar a ilustração.

4.1. Jurídico-político

A característica jurídico-política está relacionada ao conjunto de instituições e normas às quais a sociedade está sujeita e que regulamentam seu funcionamento em conjunto. Entretanto, essas instituições podem variar de acordo com a estrutura econômica na qual a sociedade está fundamentada. Nas sociedades divididas em classes, o Estado corresponde a esse aparelho jurídico-político, pois ele é responsável por monopolizar a “violência legítima”, e sua principal função é manter sob subserviência de uma classe dominante todas as demais que dela dependem (Harnecker, 1981).

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei é baseada na vontade, mãos precisamente na vontade *livre*, despojada de sua base real. De igual modo, o direito é, por sua vez, reduzido à lei (Marx; Engels, 2019, p. 69).

Segundo Marx, o Estado não se constitui como representante da classe dominada, muito menos de seus interesses, mas é considerado uma instituição a serviço de um grupo específico, a classe dominante, e é utilizado contra os subordinados no interior da sociedade. Deste modo, o Estado torna-se autônomo em relação à sociedade civil, pois, no interior de sua formação, existem diversas instâncias administrativas, organizações estatais, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, que são níveis decisórios de poder, controlados pela

burguesia e, assim, com leis e regimentos formulados apenas para atender aos interesses próprios dessa classe à qual o controla (Campoy; Mattar, 2023).

O Estado não possui apenas uma função administrativa, mas também uma função de dominação política, que decorre da divisão de classes, cuja origem se dá pela separação hierárquica do trabalho (trabalho manual e o trabalho intelectual). Como discutido no capítulo anterior, a classe dominante é a detentora do trabalho intelectual; logo, será ela quem ficará responsável pela organização e pelo comando das instituições estatais, as quais, porém, servem para aumentar ainda mais a repressão sobre a classe dominada (Harnecker, 1981). Portanto, a dominação política se dá quando a *burguesia* se utiliza do Estado para fazer valer unicamente seus interesses, utilizando-se de aparelhamentos institucionais e normas com tais fins.

E com as diferenças no regime de distribuição surgem as diferenças de classe. A sociedade se divide em classes privilegiadas e desprotegidas, exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas. E o Estado, que nasceu do desenvolvimento dos grupos naturais e primitivos em que se começaram a organizar as comunidades descendentes do mesmo tronco, para a direção dos seus interesses comuns (irrigação da terra, nos países do oriente, etc.), e para se defender contra os perigos de fora, formou para si, a partir de então, uma nova finalidade: a defesa, pelo uso da força, das condições de vida e de governo da classe dominante frente à classe dominada (Engels, 2015, p.76).

Com efeito, o Estado é apresentado como um instrumento de dominação política à medida que representa fundamentalmente os interesses da classe dominante, uma vez que está sob o controle da mesma, pois todas as instituições derivadas – como exército, polícia, cárcere – servem como represália para a classe dominada. Desta maneira, mantém-se o modo de vida e o poder da classe dominante em relação às massas, disseminando regras e normas a fim de que toda a sociedade se veja obrigada a segui-las. Logo, são validados apenas os interesses oriundos da classe dominante (Eagleton, 1997).

Por outro lado, a obra de George Orwell, *1984*, publicada em 1949, retrata um mundo sob um governo totalitário, que se passa no futuro (já que a narrativa ocorre no ano de 1984). O autor descreve sua obra em uma época marcada pelos acontecimentos trágicos da Segunda Guerra Mundial, referenciando,

assim, o totalitarismo representado em sua obra com sua época vivida (Pavloski, 2014).

Em consequência de tal governo, a narrativa retrata a história de uma Londres governada por um líder tirano, que recebe o nome de Grande Irmão, e seus líderes do *Partido*, que mantêm seus cidadãos sob obediência absoluta. Entretanto, apesar de todo controle social existente, Winston, o protagonista da história, aparece como um homem que, apesar de sua discricção e aparente obediência ao *Partido*, sonha com uma revolução contra o Grande Irmão (Orwell, 2021).

Assim, o totalitarismo é o modo de governo exercido na narrativa de *1984*. Como é comum nesse tipo de gestão, o líder - neste caso o Grande Irmão - é visto como uma figura a ser adorada, a ponto de sua imagem ser espalhada por todos os territórios da sociedade. Observa-se também que a população é doutrinação pelo *Partido* para que as ideias dessa instituição sejam propagadas entre os indivíduos daquela sociedade controlada, favorecendo um poder centralizado e produzindo, desse modo, benefícios apenas para o líder ou para o *Partido* (Orwell, 2021; Campoy; Mattar, 2023).

Assim sendo, o Estado na narrativa de *1984* possui um aspecto de dominação política, uma vez que, assim como discorrido por Marx, defende apenas os interesses da classe dominante - neste caso, o *Partido* - para que, dessa forma, o poder seja mantido e a sociedade permaneça subserviente a ele; o *Partido* também se vale do Estado para disseminar suas regras e leis, de modo que, por meio dele, os indivíduos se mantenham subjugados e controlados.

Em virtude disso, o *Partido*, sendo a classe dominante, detém igualmente as funções administrativas do Estado, controlando, a partir dele, todas as instituições que dele derivam, como a polícia, o exército e o júri. Logo, através destas entidades, faz suas regras serem validadas, utilizando-se de força e repressão para alcançar tal objetivo (Bounds, 2016).

Na narrativa analisada, a sociedade tem seu controle total exercido pelo *Partido* através do Estado, cuja legislação é formulada para eliminar qualquer vestígio de resistência e garantir a perpetuação da hierarquia e da dominação por ele praticado. Assim, o Estado não é “neutro”, ou seja, está a serviço da

classe dominante - nesse caso, o *Partido* (Orwell, 2021; Harnecker, 1981). A seguir, alguns exemplos de como isso é executado na obra.

4.1.1. Polícia do Pensamento

A Polícia do Pensamento é uma instituição a serviço do Estado e, conseqüentemente, do *Partido*, com o objetivo de monitorar as ações e os pensamentos das pessoas, para que aqueles que demonstrarem qualquer indício de resistência sejam imediatamente punidos. Essa organização ultrapassa as funções de uma polícia tradicional pois, além da repressão física e legal, sua punição também abrange a subjetividade e autonomia dos cidadãos, para que ninguém se atreva a desafiar a autoridade do *Partido* (Orwell, 2021). Como descreve Orwell:

[...] Ao longe, um helicóptero voou baixo por entre os telhados, pairou por um instante como uma mosca varejeira e partiu de novo fazendo uma curva. Era a Patrulha da Polícia bisbilhotando, pelas janelas, as pessoas. As patrulhas não tinham importância, porém. Só a Polícia do pensamento importava (Orwell, 2021).

Dentro do universo fictício de *1984*, a Polícia do pensamento se caracteriza pelo uso da força repressiva para punir os cidadãos que se mostram contrários ao *Partido*, atuando também na manutenção da obediência aos seus princípios por meio da vigilância imposta à sociedade. Deste modo, garante-se que as leis disseminadas pelo *Partido* sejam rigorosamente obedecidas, sem questionamentos, restrições ou qualquer tipo de resistência. Caso haja, a punição será severa (Pavloski, 2014).

Este sistema remete à ideia marxista de que as instituições do Estado, como a polícia, existem exclusivamente para proteger e perpetuar os interesses da classe dominante, atuando de maneira opressora e violenta, impedindo qualquer resistência das massas que ameace a base econômica e a política daquela sociedade (Marx, 2017).

4.1.2. Teletelas

A Polícia do Pensamento mantém sua atividade de vigilância sobre a população por meio de um recurso audiovisual chamado *teletela*², presente em todos os locais, como nas residências dos moradores, nas praças, lojas, nos restaurantes, enfim, em locais públicos e privados. Esse recurso permite que o governo exerça vigilância constante sobre os cidadãos, pois tais equipamentos eletrônicos são capazes de detectar qualquer indício de deslealdade ao *Partido*.

As *teletelas* são controladas pela Polícia do Pensamento, que, por meio delas, amplia sua função de manter os cidadãos sob controle, certificando-se de que seus ideais e pensamentos estão alinhados ao que o *Partido* defende; caso contrário, esses “criminosos” seriam severamente punidos, por meio de tortura, agressões físicas e manipulação psicológica³. Essa vigilância constante gera nos indivíduos um sentimento de temor, haja vista que são obrigados a vigiar suas próprias expressões faciais, seus sentimentos, atitudes e pensamentos; a vida é voltada para a autovigilância (Orwell, 2021). Como narra Orwell:

[...] Qualquer barulho que Winston fizesse, acima do nível de um sussurro muito baixo, era captado por ela; ademais, enquanto ele permanecesse no campo de visão alcançado pela placa metálica, seria visto e também ouvido. Obviamente, não havia como saber se você estava sendo observado em dado momento com frequência, ou por qual sistema, pois a Polícia do Pensamento se conectava por um cabo específico. Era provável que eles observassem todas as pessoas o tempo todo, já que poderiam se conectar a seu cabo quando quisessem. Você era obrigado a viver (e realmente vivia, pois o hábito se tornara instinto) supondo que cada ruído que fizesse seria ouvido, e todo movimento, rastreado, menos na escuridão (Orwell, 2021, p.11).

² Em 1984, George Orwell faz uso da justaposição de palavras para criar termos (Neologismo). Esse método torna-se central em *Novidioma (Novilíngua)*, pois visa sintetizar conceitos complexos e paradoxais de forma simplificada, refletindo o poder de controle da linguagem sobre a mente. Embora esse recurso seja comum em idiomas germânicos, soa estranho em línguas latinas, visto que a fusão é menos natural. No entanto, o Neologismo em 1984 vai além da criação de novos termos; é uma estratégia intencional para ilustrar como o *Novidioma (Novilíngua)* funciona, restringindo o vocabulário, a capacidade crítica e a de expressão das pessoas.

³ O *Partido* impõe severas punições aos indivíduos que desafiam o sistema. Nos momentos finais da obra, Winston é levado para o *Ministério do Amor* e brutalmente torturado por O'Brien; essa tortura é tanto física quanto psicológica, incluindo o uso da dor extrema e a manipulação mental, sendo o objetivo não apenas punir, mas destruir a individualidade e submeter a vítima à absoluta lealdade ao *Partido*: “Entenda, Winston: ninguém que trazemos para cá sai daqui sem estar curado. Não estamos interessados nesses crimes estúpidos que você cometeu. O Partido não se interessa pelos atos explícitos; o pensamento é tudo com o que nos importamos. Nós não destruímos os nossos inimigos: nós os modificamos” (Orwell, 2021, p. 273-274).

A vida cotidiana dos moradores da Oceania (lugar fictício onde a trama ocorre) é marcada pelo constante medo de expressar algo contrário ao *Partido*, de modo que há uma restrição contínua às maneiras de agir, falar e pensar, pois, se a Polícia do Pensamento detectasse alguém agindo contrário às ordenanças e regras do regime, a punição seria cruel. As *teletelas* são ferramentas facilitadoras do governo e, conseqüentemente, da Polícia do Pensamento, para manter essa vigilância constante. A privacidade não existe, tudo que fizerem é observado (Pavloski, 2014; Orwell, 2021).

As *teletelas* também têm a função de comunicar informações a respeito dos feitos do *Partido*, o andamento da guerra entre Eurásia ou Lestásia e notícias sobre a economia local. À medida que essas informações são transmitidas, todos devem dedicar total atenção, não podendo haver demonstrações de críticas ou qualquer discordância em relação ao que é noticiado; caso contrário, o cidadão sofre punições (Orwell, 2021). Como descreve Orwell:

Como se confirmasse a frase, um toque de trombeta saiu da Teletela acima da cabeça deles. - Camaradas! [...] - Atenção camaradas! Temos notícias gloriosas para vocês. Nós vencemos a batalha da produção! Cálculos agora concluídos sobre o rendimento da produção de todos os bens de consumo mostram que o padrão de vida subiu nada menos que vinte por cento no último ano. [...] Aqui vão alguns números completos. Artigos alimentícios ... [...] aparentemente, tinha havido demonstrações de agradecimento ao Grande Irmão pelo aumento da ração de chocolate para vinte gramas por semana. Mas ontem mesmo, ele refletiu, foi anunciado que a ração ia ser *reduzida* para vinte gramas por semana (Orwell, 2021, p. 67).

Logo, a vigilância em *1984* reforça a ideia de controle total da classe dominante sobre a classe dominada, mantendo-a em absoluta subserviência, criando um mecanismo para impossibilitar uma revolta das massas, pois com o uso da violência que o Estado promove é garantida a legitimação do poder, perpetuando o domínio da classe exploradora e seu modo de vida (Marx; Engels, 2019; Orwell, 2021).

4.1.3. Pensamentocrime

O *pensamentocrime* é outra ferramenta usada pela Polícia do Pensamento para controlar os cidadãos da Oceania. No entanto, não se trata de um crime

baseado numa ação concreta, mas sim de uma infração que ocorre apenas em nível mental, isto é, no pensamento. O simples ato de conceber uma ideia contrária aos princípios e leis do *Partido* já constitui um crime - ou seja, um *pensamentocrime* (em Novidioma) (Orwell, 2021).

Esse recurso configura mais uma forma de garantir a submissão total dos indivíduos, pois uma simples dúvida a respeito da veracidade e da confiabilidade do *Partido*, ou até mesmo uma crítica sobre algum dado incoerente, independentemente de ser verbalizada ou não, pode ser considerada uma traição. Caso a Polícia do Pensamento a detecte por meio das teletelas ou por uma denúncia, o indivíduo pode ser incriminado. Até mesmo as expressões faciais ou algum comportamento que sugiram descontentamento para com o *Partido* são suficientes para incriminar um cidadão (Pavloski, 2014). Esta passagem ilustra como se caracteriza um crime dessa espécie:

Ele havia cometido (e teria cometido de qualquer maneira, ainda que nunca tivesse pousado a caneta no papel) o crime essencial que continha em si todos os demais. Pensamentocrime, eles chamavam. O crime do pensamento não era algo que se pudesse ocultar para sempre. Você podia conseguir esconder por um período, até mesmo por anos, mas cedo ou tarde seria descoberto. [...] Já estava morto, refletiu. Parecia-lhe que só naquele instante, quando passara a ser capaz de formular pensamentos, havia dado o passo decisivo. As consequências de cada ato estavam embutidas no ato em si. Então escreveu: *Pensamentocrime não inclui a morte; pensamentocrime É a morte* (Orwell, 2021, p. 26; 35).

O *Pensamentocrime* reforça o controle do regime totalitário não apenas do corpo, mas da própria mente das pessoas, restringindo a subjetividade e a liberdade individual e o direito de agir conforme a vontade de cada um, de modo que tudo que possa desafiar a autoridade do *Partido* seja considerado um crime de traição (Pavloski, 2014). Assim, a consciência pessoal é anulada para que apenas as doutrinas do *Partido* ocupem a mente dos cidadãos.

4.1.4. Espiões

O governo totalitário de 1984, para estender o controle extremo sobre a população, infiltra espiões do *Partido*, responsáveis por vigiar as atitudes dos

cidadãos e puni-los caso as julguem suspeitas ou contrárias aos princípios propagados por eles. Esses espiões seguem disfarçados de cidadãos comuns, simples moradores que levam uma vida aparentemente normal dentro do território da Oceania. No entanto, seu objetivo é claro: denunciar à Polícia do Pensamento quem se opõe ao *Partido* (Orwell, 2021).

Em um dado momento da obra, Winston e sua amante, Julia, alugam um pequeno quarto em uma loja de antiguidades no bairro dos *proletas*⁴. O proprietário da loja, um senhor de idade e aparentemente morador antigo da cidade, demonstrava ser gentil, amável e discreto com o casal - até que a Polícia do Pensamento descobre os dois, sendo o próprio dono da loja o delator. Ele era, na verdade, um espião:

O senhor Charrington, embora ainda reconhecível, já não era a mesma pessoa. Seu corpo tinha se endireitado e parecia ter crescido. O rosto passara por umas poucas mudanças sutis que, apesar disso, causaram uma transformação completa. As sobranceiras pretas eram menos peludas, as rugas tinham sumido, traços inteiros do rosto pareciam alterados; [...]. Era agora o resto alerta e frio de um homem de cerca 35 anos. Ocorreu a Winston que pela primeira vez na vida ele estava olhando, com conhecimento, para um membro da Polícia do Pensamento (Orwell, 2021, p. 240-241).

O *Partido* também utilizava crianças nesse processo de espionagem. Elas participam da Liga dos Espiões, uma instituição responsável justamente por treiná-las para vigiarem e denunciarem qualquer pessoa, inclusive seus próprios pais, caso os julguem suspeitos:

Quase todas as crianças eram horríveis naqueles dias. E o pior de tudo: por meio de organizações como a Liga dos Espiões, eram sistematicamente transformadas em pequenos selvagens incontroláveis, e mesmo assim isso não despertava nelas a menor tendência para se rebelar contra a disciplina do Partido. Ao contrário, amavam o Partido e tudo relacionado a ele. [...] Era quase normal que pessoas acima de 30 anos tivessem medo dos próprios filhos. E com razão, pois mal se passava uma

⁴ Os *proletas* representam a classe trabalhadora, composta pela grande massa de pessoas que vivem fora do controle do *Partido*. Diante de toda opressão do governo, eles são os únicos que ainda têm uma relativa liberdade, pois não são alvos da constante vigilância à qual as outras classes são submetidas; habitam em áreas periféricas da cidade de Londres, vivem em condição de extrema pobreza, em habitações precárias e com um estilo de vida marcado por comportamentos libertinos e desagregados, longe das regras do *Partido*: “O *Partido* ensinava que os proletas eram naturalmente inferiores e precisavam ser mantidos nessas condições, como bichos, por meio de aplicação de umas poucas regras simples. [...] Enquanto eles continuassem a trabalhar e a procriar, suas outras atividades não tinham importância” (Orwell, 2021, p. 84).

semana sem que o *Times* trouxesse um parágrafo como um pequeno furtivo, geralmente chamado de “herói infantil”, tinha entreouvido algum comentário comprometedor e denunciado os pais à Polícia do Pensamento (Orwell, 2021, p. 31-32).

Assim, as próprias crianças são manipuladas para servir ao *Partido*, pois desde cedo são educadas para se sujeitarem às regras rígidas, amando suas doutrinas a ponto de condenarem quem quer que fosse, caso não obedecessem às suas leis e acatassem seus ideais. Logo, as relações afetivas na família são substituídas pela adoração absoluta ao *Partido*, fazendo com que os familiares não confiem uns nos outros (Orwell, 2021).

Desta maneira, a Polícia do Pensamento infiltra seus membros em todas as camadas da sociedade para manter a vigilância sobre os cidadãos e observar quem permanece leal ao *Partido*. Além disso, para ampliar esse processo de vigilância, manipula os familiares, especialmente as crianças, para que observem os adultos e relatem a seus superiores qualquer atitude suspeita que possa indicar infidelidade ao regime. Com efeito, o Estado, por meio desses métodos de espionagem, preserva seu domínio sobre as massas, uma vez que, através do medo e da violência, manipula a classe explorada, tornando ainda mais difícil uma rebelião contra o regime (Marx; Engels, 2019; Orwell, 2021).

4.1.5. Ministérios

As instituições estatais na obra *1984*, de George Orwell, desempenham um papel importante na manutenção do controle dos cidadãos, pois são responsáveis por executar todo o aparato ideológico e disseminar as doutrinas do *Partido* por toda extensão territorial de seu domínio, de modo que o governo totalitário se mantenha absoluto. Essas instituições são denominadas Ministério da Verdade (Miniver), Ministério da Paz (Minipaz), Ministério do Amor (Miniamor) e Ministério da Fartura (Minifar) (Orwell, 2021).

O Ministério da Verdade é responsável pelas notícias que acontecem no território, informações históricas, entretenimento, educação e cultura. Seu principal objetivo consiste na manipulação de informações do passado, reescrevendo-as para ficarem de acordo com as narrativas do *Partido*. Assim, o governo nunca estaria errado.

Nas demais funções, o ministério trata de alinhar a cultura, o entretenimento e a educação para que também estejam de acordo com o que é pregado. Dessa forma, as artes e a diversão funcionam como distração para mascarar a tirania à qual os indivíduos estão submetidos, enquanto a educação reforça ainda mais os ideais, doutrinando os cidadãos desde sua infância (Orwell, 2021). Ou, nas palavras do autor de 1984:

As mensagens que ele recebera se referiam a artigos ou notícias que, por uma razão ou outra, considerava-se necessário alterar, ou, como dito na frase oficial, retificar. Por exemplo, havia aparecido no *Times* de 17 de março que o Grande Irmão, em seu discurso no dia anterior, tinha previsto que o *front* no Sul da Índia permaneceria calmo, mas que uma ofensiva Eurasiana ocorreria em breve no Norte da África. Na verdade, o Alto Comando Eurasiano lançara sua ofensiva no sul da Índia e deixara o Norte da África em paz. Era, portanto, necessário reescrever o parágrafo do discurso do Grande Irmão de forma a fazê-lo prever o que de fato acontecera. [...] E o Departamento de Registros, no fim, era apenas um setor do Ministério da Verdade, cujo trabalho primário não era reconstruir o passado, mas distribuir aos cidadãos da Oceania jornais, filmes, livros, programas de teletela, peças, romances: todo tipo de informação, ensino ou entretenimento, de uma estátua a um lema, de um poema lírico a um tratado de Biologia, de um livro de ortografia para crianças a um dicionário de Novidioma. E o Ministério não deveria apenas suprir as várias demandas do Partido, mas também reproduzir toda a operação em um nível mais baixo, para o benefício do proletariado (Orwell, 2021, p. 47-48; 51-52).

O Ministério da Paz, por sua vez, tem como função os assuntos de Guerra contra as grandes potências, Eurásia e Lestásia. É por meio dele que as estratégias de defesa e a convocação de cidadãos são designadas. Normalmente, os mais jovens são convocados para lutarem a favor de seu país; morrer em batalha é algo considerado valoroso entre os soldados, uma vez que tal ideia é apresentada e absorvida por eles desde criança pelo *Partido* (Orwell, 2021).

Vale ressaltar que a Oceania sempre está em guerra, ora com a Eurásia, ora com a Lestásia. É comum ver os cidadãos tentando proteger-se dos ataques de mísseis e bombas, bairros inteiros destruídos e pessoas feridas ou até mortas a qualquer momento. No entanto, é provável que essa guerra nunca tenha ocorrido de fato e que tudo não passe de uma estratégia do *Partido*. Afinal, com

os constantes rumores de que há uma guerra acontecendo, é mais fácil manter as pessoas temerosas e, conseqüentemente, submissas ao domínio do regime.

Deste modo, os cidadãos são submetidos a um controle psicológico que os faz sentir medo de uma guerra que talvez nem esteja ocorrendo de fato. Ao fazer isso, o Partido consegue justificar alguma possível escassez econômica; além disso, aqueles que “lutam” nesta guerra são vistos pela sociedade como heróis por defenderem o país, o que gera admiração e adoração pelo *Partido*. No fim, a guerra entusiasma apenas o governo, pois lhe traz benefícios (Pavloski, 2014; Orwell, 2021). Ou, nas palavras de Orwell:

Uma vez quando ele por acaso mencionou a guerra contra a Eurásia, ela o assombrou dizendo casualmente que em sua opinião não estava ocorrendo uma guerra. As bombas que todos os dias caíam em Londres eram provavelmente disparadas pelo próprio governo da Oceania, “só para manter o povo com medo” (Orwell, 2021, p.164).

O Ministério do Amor é uma instituição a serviço da Polícia do Pensamento, pois funciona como um presídio onde os rebeldes, criminosos do Estado e os que cometeram *pensamentocrime* são punidos por suas condutas irregulares. Nesse local, alguns até passam por uma espécie de reintegração à sociedade. Entretanto, esse processo não é nada humanizado, pois se baseia em torturas psicológicas e físicas. Dessa forma, aqueles que antes eram rebeldes ou demonstravam qualquer comportamento incompatível com as doutrinas do Partido são novamente doutrinados até que não cometam mais ‘crimes’ e passem a adorá-lo (Orwell, 2021)."

Esse ministério desperta medo nos cidadãos, que acabam se rendendo às repressões do *Partido* por temerem as cruéis punições que ali são realizadas. Em vista disso, ao invés de *amor*, no *Miniamor* é promovida a violência e o temor, o que gera a subserviência absoluta das massas (Pavloski, 2014; Orwell, 2021).

O Ministério do Amor era o mais temido. [...] Era um lugar de acesso impossível, a não ser em compromissos oficiais, e ainda assim só se entrava após atravessar um labirinto de arame farpado emaranhado, portas de aço e nichos com metralhadoras escondidas. Mesmo as ruas que conduziam até suas barreiras externas eram patrulhadas por guardas com cara de gorila em uniformes pretos, armados de cassetetes articulados (Orwell, 2021, p. 12).

Por fim, há o Ministério da Fartura, instituição responsável pelos assuntos econômicos. É por meio dele que ocorre a distribuição de recursos e dos mantimentos produzidos pela Oceania, bem como a divulgação do quantitativo dessa produção. Entretanto, esses dados nem sempre são coerentes com a realidade econômica, pois eles alegam uma crescente produção de bens necessários, como vestuário e alimentos, relatando que a produção mensal é superior ao mês anterior; porém, a população vive em constante escassez, lidando com a falta de objetos básicos, como, por exemplo, lâmina de barbear (Orwell, 2021).

Por exemplo, a previsão do Ministério da Fartura tinha estimado a produção de botas para o trimestre em cento e quarenta e cinco milhões de pares. A produção real informada foi sessenta e dois milhões. [...] Muito provavelmente, nem um par de botas foi produzido; ou melhor, ninguém sabia quantos tinham sido produzidos, e menos ainda se importava. O que se sabia era que, todo trimestre, uma quantidade astronômica de botas era produzida no papel, enquanto provavelmente metade da população da Oceania andava descalça. E assim era com todas as categorias de fatos registrados, grandes ou pequenos (Orwell, 2021, p. 50).

Assim, o Ministério da Fartura cria dados falsos e distantes da real situação social para transmitir uma ideia utópica de prosperidade e fartura. Porém, ao observar a situação da maioria dos indivíduos, nota-se que a população, na verdade, vive em meio à escassez de recursos básicos e à baixa qualidade de vida. A falta de comida, materiais de higiene pessoal, vestuário, até mesmo moradia evidencia essa situação. Enquanto isso, a divulgação de dados equivocados engana as massas, levando-as a acreditar que os bens estavam sendo produzidos e distribuídos, quando, na verdade, não estavam (Orwell, 2021).

Segundo Marx, todo o aparelho jurídico-político da superestrutura está a serviço da classe dominante, que controla o Estado tanto em suas funções administrativas quanto em suas instituições. Por meio da política, da polícia e do direito, essas instituições fazem valer os interesses dessa classe em relação às massas. Assim, o Estado não é imparcial, mas está voltado para questões da *burguesia* em relação ao *proletariado*. Então, através das leis instauradas e das instituições, o poder do explorador é perpetuado para com o explorado (Marx; Engels, 2019).

Na obra *1984*, o *Partido*, sendo a classe dominante, utiliza-se do Estado e das instituições que dele derivam para fazer com que seus interesses sejam priorizados e suas leis cumpridas. E, como visto anteriormente, por meio da *polícia do pensamento*, dos *Ministérios*, do sistema de espionagem, a população da Oceania é mantida refém de um governo totalitário, cuja opressão é disseminada através da violência, forçando a obediência absoluta e mantendo o controle social. Deste modo, o aparato jurídico-político é ilustrado na narrativa operando de maneira a promover a preservação do regime de exploração e controle do *Partido*, mantendo as massas sob seu domínio e evitando qualquer vestígio de revolta ou princípio contrário ao que é determinado por ele (Orwell, 2021; Marx; Engels, 2023).

4.2. Ideológico

O nível Ideológico da *superestrutura* está ligado justamente às ideias disseminadas dentro de uma sociedade de classes, as quais delimitam suas relações, dividindo os papéis e as funções dos indivíduos nessa sociedade. É mister lembrar que essas ideias são fabricadas e divulgadas pela classe dominante, que detém os meios de produção.

Tais ideias estão presentes em toda a estrutura da sociedade, ou seja, não se limitam às questões de princípios ou valores, mas estão atreladas à forma como o indivíduo se relaciona com o mundo, ao direcionamento de suas atitudes com os demais homens, ao seu comportamento com a família, às suas convicções a respeito dos mecanismos de produção, à sua prática política. Enfim, o aparelho ideológico faz jus à maneira como esse homem se percebe, se comporta e pensa em sociedade (Harnecker, 1981). Como observam Marx e Engels:

A produção de ideias, de representações, da consciência está, inicialmente, entrelaçada diretamente na atividade material e no intercuro material dos homens, a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercuro intelectual dos homens aparece aqui ainda como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção intelectual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas homens reais, ativos, condicionados por um

desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e do intercuro a esta correspondente, alcançando suas formações mais avançadas. [...] Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, este fenômeno deriva do seu processo de vida histórico, tal como a inversão dos objetos na retina deriva de seu processo de vida diretamente físico (Marx; Engels, 2019, p. 20-21).

Este sistema ideológico é determinado pela classe dominante com o objetivo de defender seus interesses diante das massas. São ideias que ditam uma falsa realidade, mascarando a exploração do *proletariado* e mantendo sua relação de subserviência à *burguesia*, para que esta perpetue seu poder e seu modo de vida (Campoy; Mattar, 2023). Assim, os aparelhos ideológicos são uma ferramenta de controle do intelecto dos indivíduos, influenciando diretamente sua maneira de se relacionar com o mundo e se fazendo presente em todos os vieses da sociedade - na educação, na família, na religião, nas artes e na cultura.

Em todo caso, as Ideologias não se limitam apenas à *superestrutura* da sociedade, mas abrange todas as suas demais categorias, pois, mesmo que de modo inconsciente, os indivíduos reproduzem as ideias que são disseminadas pela classe dominante em suas relações e comportamentos, agindo, de maneira determinante, em seu vínculo com os meios de produção, definindo sua classe pertencente. Nesse sentido, as ideologias servem para que as massas da sociedade se adaptem ao modo de vida determinado por essa classe dominante, disfarçando sua condição de exploração, para que não haja risco de uma possível revolta e a *burguesia* tenha seu poder abalado (Harnecker, 1981).

Na obra literária *1984*, de George Orwell, as ideologias se apresentam justamente como essa ferramenta de uso da classe dominante - o *Partido* -, com o intuito de controlar as massas - nesse caso, os cidadãos da Oceania. O objetivo principal é mantê-los controlados, seguindo as condições deploráveis de exploração e alienação. Essas ideologias são disseminadas com tanta intensidade que conseguem gerar nos cidadãos uma adoração pelo *Partido*. Deste modo, eles perpetuam sua dominação e geram indivíduos submissos às suas ordens (Bounds, 2016).

As ideologias em *1984*, assim como em Marx, criam nos indivíduos uma espécie de “falsa consciência”, por meio da qual eles são condicionados a

acreditar que estão na condição em que se encontram por algum motivo, seja por não terem se esforçado o suficiente ou por razões naturais. Na obra, o *Partido*, juntamente com seu líder, o Grande Irmão, são considerados heróis, tendo da população obediência absoluta, sem questionamentos. Em outras palavras, as pessoas não têm condições para reconhecerem as reais causas da opressão às quais estão submetidas (Marx; Engels, 2019; Orwell, 2021).

Assim, será explanado a seguir como a classe dominante na obra *1984* - neste caso, o *Partido* - utiliza-se dos recursos ideológicos, atuando na manutenção do poder e no controle dos cidadãos em geral.

4.2.1. Classes sociais

Na Oceania, as classes sociais desempenham um papel crucial na manutenção do poder e do governo totalitário do *Partido*. Estas classes são de três tipos: o Núcleo do Partido ou Partido Interno, as Margens do Partido ou Partido Externo e os Proletas (Orwell, 2021).

O Núcleo do Partido corresponde à elite da sociedade e é composto, segundo o romance de Orwell, por uma pequena quantidade da população (2%). Esta classe é detentora do poder político, econômico, intelectual e cultural da sociedade e, deste modo, controla todas as decisões e os recursos da civilização. Além disso, esse grupo possui um modo de vida privilegiado, com luxos e regalias que os demais não possuem, usam roupas de cores que os diferenciam na sociedade de modo que sua posição social possa ser notada, além de estarem livres da vigilância e da opressão, uma vez que é esta classe que controla todo esse aparato de exploração e coerção (Orwell, 2021).

Às Margens do Partido está a classe média, composta por volta de 13% da população. Seus membros são intelectuais, pessoas com habilidades tecnológicas e com conhecimentos científicos que estão a serviço do Núcleo do Partido e, geralmente, trabalham em algum dos ministérios. Porém, assim como o protagonista Winston, não têm acesso ao modo de vida da elite, sendo submetidos a uma vida com recursos limitados. Além disso, essa classe está sujeita a controle e vigilância constantes, sendo obrigada a demonstrar lealdade ao *Partido* sob pena de severas punições. A eles também cabe a doutrinação,

sendo educados, desde cedo, segundo as ideais e as regras que o *Partido* defende e dissemina (Orwell, 2021).

Por fim, os Proletas são a maioria da população (cerca de 85%), correspondendo à classe trabalhadora, a que possui menos recursos econômicos e normalmente vive na miséria e em um bairro afastado das demais classes, o “bairro dos proletas”. As pessoas desse grupo estão em condição alheia à ideologia e à política, de modo que não representam nenhum risco revolucionário ao *Partido*. Em função disso, não são submetidos à mesma vigilância extrema do Partido Externo, pois seu foco é nas necessidades básicas, distrações com jogos e loterias, álcool de qualidade inferior e pornografia. Winston, em certo momento da narrativa, descreve: “Se há esperança, é nos proletas, pois só eles teriam força suficiente para derrubar o *Partido*, entretanto, não haveria risco de uma revolução pois, por não serem considerados uma ameaça, seu modo de vida foi preservado: ‘Proletas e animais são livres’” (Orwell, 2021, p.82). Ou como observar o autor:

Abaixo do Grande Irmão vem o Núcleo do Partido, cuja quantidade se limita a seus milhões, ou algo como menos de dois por cento da população da Oceania. Abaixo do Núcleo do Partido vêm as Margens do Partido, as quais, sendo o Núcleo descrito como cérebro do Estado, podem da mesma forma ser igualadas às mãos. Abaixo disso vem as massas incultas a quem habitualmente chamamos de “proletas”, somando talvez oitenta e cinco por cento da população. [...] Um grupo dominante continua sendo o mesmo enquanto nomeia seus sucessores. O Partido não está preocupado em perpetuar seu sangue, mas seu legado. *Quem* tem o poder não importa, desde que a estrutura hierárquica permaneça sempre a mesma. [...] Dos proletários nada há a temer. Deixados à própria sorte, eles vão continuar, de geração em geração e de século em século, a trabalhar, reproduzir-se e morrer, não apenas sem impulso para se rebelar, mas sem conseguir entender que o mundo poderia ser diferente. [...] Um membro do Partido vive do nascimento à morte sob o olhar da Polícia do Pensamento. Mesmo quando está sozinho, ele nunca pode ter certeza de que está realmente só. Onde quer que esteja, dormindo ou acordado, trabalhando ou descansando, no banho ou na cama, pode ser inspecionado e sem consentimento. Nada que faz é indiferente. Suas amizades, seus lazeres, seu comportamento em relação a esposa e filhos, a expressão de seu rosto quando está sozinho, as palavras que balbucia dormindo, até os movimentos característicos de seu corpo são, todos, minuciosamente analisados. Não apenas um mal comportamento, mas qualquer excentricidade, ainda que minúscula, mudança de hábito ou tique nervoso que poderia em tese ser sintoma de um conflito interno, mais cedo ou mais tarde será detectado (Orwell, 2021, p. 223; 225-226).

4.2.2. Duplopensar

O *Duplopensar* é uma ferramenta de controle ideológico utilizada pelo *Partido*, baseada na veracidade das contradições das ideias propagadas. Ou seja, trata-se da assimilação de argumentos e premissas contraditórios pela população, que os aceita como verdadeiros, sem levar em conta essas divergências. Essas contradições estão presentes, por exemplo, nos nomes das instituições estatais: Ministério da *Paz*, responsável por disseminar a *guerra* no território da Oceania; Ministério da *Verdade*, que altera constantemente o passado e as demais informações, produzindo deliberadamente informações *mentirosas*⁵, tudo para manter a infalibilidade do *Partido*; Ministério do *Amor*, que pune fria e severamente, com toda *violência* possível, qualquer um que julgam ser contra seus ideais; e Ministério da *Fartura*, que não distribui os recursos, mantendo os cidadãos na *miséria* (Orwell, 2021).

Outro exemplo está nos lemas do *Partido*: “Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força”. Esses enunciados apresentam contradições importantes à medida que essas afirmativas contrastantes são apresentadas como verdades. A *guerra* constante é considerada necessária para alcançar a *paz*, a *subserviência* absoluta é apresentada como a verdadeira *liberdade*, e a ausência do conhecimento e alienação são requisitos para manter o equilíbrio social (Pavloski, 2014; Orwell, 2021).

Deste modo, o *duplopensar* é uma forma de manipulação ideológica e psicológica que assegura o domínio do *Partido*, permitindo que os cidadãos da Oceania aceitem e acatem suas inverdades sem questionamentos. Assim, os indivíduos são constantemente testados com relação à sua lealdade, sendo expostos a uma torrente de contradições sobre fatos e conceitos, exigindo sua imediata aceitação.

⁵ Na obra de George Orwell, 1984, o Ministério da Verdade (*Miniver*) tem a missão de controlar e manipular as informações, reescrevendo a história e criando uma realidade distorcida para manter o poder do *Partido*. Essa manipulação é semelhante à questão atual das *Fake News*, que dizem respeito à disseminação de informações falsas ou distorcidas para influenciar a opinião pública, criar divisões e moldar comportamentos. Assim como o *Miniver* altera registros históricos para estarem de acordo com os interesses do governo, as *Fake News* da atualidade têm o poder de distorcer a percepção coletiva e manipular decisões, principalmente em tempos eleitorais e crises sociais.

Duplopensar significa a capacidade de manter simultaneamente duas crenças contraditórias e aceitar ambas. O intelectual do Partido sabe em qual sentido suas lembranças devem ser alteradas; ele, portanto, sabe que está manipulando a realidade; porém, através do exercício do *duplopensar*, também se convence de que a realidade não é violada. O processo tem de ser consciente, pois do contrário não seria executado com tanta precisão, mas deve ser também inconsciente, pois do contrário traria com ele uma sensação de falsidade e, com isso, de culpa. [...] Contar mentiras deliberadas enquanto se acredita genuinamente nelas; esquecer qualquer fato que tenha se tornado inconveniente e depois, quando ele volta a ser necessário, resgatá-lo do esquecimento pelo tempo adequado; [...]. Até para usar a palavra *duplopensar* é preciso exercitar o *duplopensar*. Pois, ao usar a palavra, a pessoa está admitindo a manipulação da realidade; mas um novo ato de *duplopensar* apaga essa consciência, e assim por diante, indefinidamente, com a mentira sempre uma volta à frente da verdade (Orwell, 2021, p. 229-230).

4.2.3. Novidioma (Novilíngua)

Na obra, também é retratado um recurso ideológico utilizado pelo *Partido* para alterar a linguagem da Oceania, com o objetivo de reduzir o pensamento dos cidadãos e impedir que suas ideias sejam contrárias ao totalitarismo. Esse recurso é o *Novidioma (Novilíngua)* (Orwell, 2021).

O objetivo do *Novidioma* é limitar a capacidade dos indivíduos em relação ao pensamento crítico, reduzindo o vocabulário e simplificando a gramática para que, assim, o *Partido* possa exercer o controle do pensamento. Logo, palavras de significado ambíguo ou que representem desejos individuais, como *justiça*, são retiradas do vocabulário e, logo após, impensadas (Bounds, 2016; Orwell, 2021).

A simplificação da linguagem funciona da seguinte maneira: a palavra “bom”, em *novidioma (novilíngua)*, não tem como oposto “ruim” ou “mau”, mas sim “desbom”. Da mesma forma, “excelente” ou “esplêndido” são substituídos por “maisbom” ou “duplomaibom”. Assim, a noção de *bondade* ou *maldade* torna-se completamente deturpada e limitada. As palavras compostas são unificadas para que se tornem padronizadas, por exemplo, “pensamentocrime” (crime de pensar). As instituições estatais também recebem modificações em sua nomenclatura, tornando-se “Miniamor” (Ministério do amor), “Minipaz”

(Ministério da paz), “Miniver” (Ministério da verdade) e “Minifar” (Ministério da fartura) (Orwell, 2021).

Portanto, por meio da manipulação da linguagem, o *Partido* mantém o controle dos cidadãos ao reduzir as palavras e seus significados. Ao excluir determinados termos, não há como sequer conceber ideias opostas às que são propagadas por eles, ou seja, não há como pensar em resistências. Por meio desse artifício linguístico, a classe dominante da narrativa deleta o risco de represálias e garante a uniformidade comportamental e ideológica (Pavloski, 2014; Orwell, 2021).

O propósito do Novidioma não era apenas fornecer um meio de expressão para a visão de mundo e os hábitos mentais adequados aos devotos do Socing, e sim bloquear todos os outros modos de pensamento. [...] Seu vocabulário foi construído a dar uma expressão exata, e com frequência muito sutil, a todos os significados que um membro do Partido poderia querer expressar adequadamente, ao mesmo tempo em que excluía todos os outros sentidos e a possibilidade de se chegar a eles por meios indiretos. Em parte, isso foi feito pela criação de novas palavras, mas principalmente pela eliminação de palavras indesejáveis e por tirar das que restassem os significados inortodoxos e, tanto quanto possível, todos os significados secundários (Orwell, 2021, p. 322).

4.2.4. Privação sexual

Os cidadãos da Oceania são submetidos a diversas ideologias desde muito cedo. Muitas delas se dão no contexto educacional, processo no qual são doutrinados a agir de determinada maneira e a pensar de acordo com as vontades do *Partido*. Um desses aspectos tem a ver com o modo como as pessoas veem o sexo (Orwell, 2021).

A relação sexual é instigada a ser considerada algo repulsivo, apesar de não haver um decreto oficial do *Partido*. Os indivíduos são estimulados, desde a infância, a pensarem assim. Para isso, existe a “Liga Juvenil Antissexo”, que defende o celibato absoluto para homens e mulheres.

Entretanto, casamentos são permitidos, desde que não haja nenhum indício de atração física entre o casal. Para garantir isso, é feita uma rigorosa análise por um comitê específico e, caso seja detectado algum indício de paixão, o casamento é desaprovado. O objetivo do *Partido* é eliminar todo prazer do ato

sexual, reduzindo-o apenas a um meio de procriação para servi-lo. Nesse contexto, a noção de *família*, formada a partir do casamento, torna-se uma instituição sem relações de afeto, na qual apenas servir ao *Partido* é relevante (Orwell, 2021).

Porém, essas regras são aplicadas apenas aos membros do *Partido* - ou seja, à classe média -, pois aos proletas é comum ver mulheres vendendo o corpo, convivendo, assim, com uma prostituição flexibilizada (desde que ocorra de forma fria e dissimulada e que os membros do Partido a pratiquem com pessoas de classe inferior). Ser visto com uma prostituta não é correto, mas não é um crime grave e imperdoável, como ocorre com a promiscuidade entre os membros da Margem do Partido. Por isso, em dado momento da narrativa, Winston descreve sua primeira atividade sexual com Júlia como um *ato político contra o Partido*, uma vez que ambos pertencem à mesma classe social e sentem atração física mútua (Orwell, 2021). Essa atitude deles é um meio de ir contra a ideologia do *Partido*, pois, segundo é descrito no livro:

Não era apenas que o instinto sexual criava um mundo próprio que ficava além do controle do Partido e, portanto, precisava ser destruído. O mais importante era que a privação do sexo levava à histeria, que era desejável porque podia ser transformada em força para lutar na guerra e em adoração ao líder. O modo como expôs isso foi: - Quando você faz amor, está gastando energia; e depois você fica feliz e não dá a menor bola para nada. Eles não admitem que você se sinta assim. Querem que você exploda de energia o tempo todo. Esse monte de marcha para cima e para baixo e gritos e agitar bandeiras é só sexo que azedou (Orwell, 2021, p.143).

Portanto, ao reprimir o desejo sexual, o *Partido* concentra toda energia sexual das pessoas para si e para suas atividades. Deste modo, a libido é direcionada para a adoração ao Grande Irmão, para o serviço voluntário (como, por exemplo, na guerra), para as ações da classe dominante, consagrando seu controle sobre a sociedade (Orwell, 2021).

4.2.5. Dois Minutos de Ódio

Na Oceania, existe uma prática cotidiana entre os membros do *Partido* que consiste em direcionar todo o ódio e repulsa que há dentro deles para os inimigos do *Partido*. Tal ato recebe o nome de *Dois Minutos de Ódio* (Orwell, 2021).

Essa prática corresponde a reunir os membros do *Partido*, tanto os do Núcleo do Partido quanto os do Partido Externo, para assistirem a um vídeo de cunho publicitário que demoniza seus inimigos, em especial Emmanuel Goldstein, considerado o principal inimigo do Estado e conhecido como “o traidor”. Durante os Dois Minutos de Ódio, as pessoas envolvidas são estimuladas a expressarem toda sua raiva, fúria e repulsa contra os supostos inimigos, o que as leva a liberarem suas emoções reprimidas e a consolidarem sua lealdade ao *Partido* e ao Grande Irmão. Existe também um evento chamado “Semana do ódio”, que ocorre durante uma semana inteira e é dedicado à propagação de todo o furor dos cidadãos contra os inimigos do Estado (Orwell, 2021).

Com todo esse estímulo ao ódio, à violência e à fúria, o *Partido* faz uso desses sentimentos para desviar a atenção das massas de sua real condição de exploração. Dessa forma, toda a revolta que poderia ser utilizada para uma rebelião contra Estado é canalizada apenas para um inimigo, ainda que fictício, como Goldstein. Assim, tal prática impede o pensamento crítico sobre a realidade social, ao mesmo tempo em que manipula os indivíduos por meio do medo e do ódio, perpetuando a dominação do regime totalitário (Bounds, 2016; Orwell, 2021).

Portanto, *Dois Minutos de Ódio* é uma ferramenta ideológica que o *Partido* usa para manipular sentimentalmente os cidadãos, direcionando suas emoções para inimigos fictícios e impedindo que eles percebam que o verdadeiro inimigo é o próprio *Partido* e seu sistema opressor, gerando uma alienação sobre suas próprias emoções e a opressão à qual estão sujeitos (Pavloski, 2014; Orwell, 2021). Esta passagem contribui para ilustrar como ocorre essa prática promovida pelo *Partido*:

No instante seguinte, um discurso hediondo, estrondoso, como se saísse de uma máquina monstruosa sem lubrificação, explodiu da grande teletela no fim da sala. [...] O ódio tinha começado. Como sempre, o rosto de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, apareceu na tela. Houve assovios esparsos na plateia. [...] Goldstein era o renegado decadente que, muito tempo atrás, fora um dos líderes do Partido, quase no mesmo

nível do próprio Grande Irmão, e depois se envolveu em atividades contrarrevolucionárias, foi condenado à morte, escapou misteriosamente e desapareceu. [...] Era o traidor original, o primeiro negador da pureza do Partido. Todos os crimes subsequentes contra o Partido, todas as deslealdades, atos de sabotagens, heresias e desvios surgiram diretamente dos ensinamentos dele. [...] Antes que o ódio chegasse a trinta segundos, exclamações incontroláveis de raiva irromperam de metade das pessoas no salão. [...] No segundo minuto, o Ódio chegou ao arrebatamento. As pessoas pulavam em seus lugares e gritavam a plenos pulmões, no esforço de calar a enlouquecedora voz de balido que saía da tela. [...] O rosto do Grande Irmão pareceu continuar por vários segundos na tela, como se o impacto causado nos olhos de todos fosse real demais para esvanecer imediatamente. [...] Com um sussurro trêmulo que soava como “Meu Salvador!”, ela estendeu os braços em direção à tela. Depois enterrou o rosto nas mãos. Parecia baluciar uma oração (Orwell, 2021, p. 19-23).

4.2.6. Uniformidade do padrão estético

O regime totalitário do *Partido* mantém nulo todo o aspecto de beleza, autenticidade e individualidade da estética. O ambiente frio e hostil representa a opressão e dominação exercidas por eles para com os cidadãos, de modo que não é tolerado nenhum viés de liberdade de pensamento, e isso é retratado, por exemplo, tanto na arquitetura do local quanto na moda ali presente (Bound, 2016; Orwell, 2021).

A arquitetura dos prédios e das residências é marcada por colorações em cinza e aparência desgastada, com materiais de qualidade inferior. Os moradores ou trabalhadores de tais locais convivem em um ambiente insalubre e sem condições para uma boa qualidade de vida. Normalmente, são ambientes fétidos, mofados, antigos, com sinais visíveis de degradação, o que evidencia a decadência moral e material. Além disso, reflete a manipulação do *Partido*, ao submeter os indivíduos a condições inadequadas de moradia (Orwell, 2021). Ou, nas palavras do autor:

A um quilômetro dali o Ministério da Verdade, seu local de trabalho, destacava-se com sua fachada grande e branca na paisagem escurecida pela fuligem. [...] Aquela vista de casas do século XIX apodrecendo, com as laterais escoradas por vigas de madeira, as janelas tapadas com papelão, e os telhados, com ferro corrugado, e o muro rachado dos jardins cedendo em toda parte, sempre tinham sido assim? (Orwell, 2021, p.11).

Nas vestimentas e na aparência pessoal dos cidadãos, esse aspecto de perda da liberdade e autenticidade é evidente, já que todos são, aparentemente, iguais. Todos usam macacões simples e funcionais, tanto homens quanto mulheres, em conformidade com o que o *Partido* determina. As mulheres da classe média, por exemplo, não usam maquiagens ou cosméticos, pois tais coisas estão associadas às prostitutas dos bairros dos proletas. Os homens, por sua vez, apesar da exigência de uma aparência atlética e esbelta, em sua maioria são baixos, acima do peso, com rostos inexpressivos e inchados (Orwell, 2021).

Portanto, embora o Partido impusesse um padrão de aparência saudável e vigorosa tanto para homens quanto para mulheres, as péssimas condições de vida, normalmente, levam as pessoas a serem de baixa estatura, com a saúde comprometida, e de aparência pouco atraente. É praticamente impossível os indivíduos alcançarem a estética determinada, uma vez que são submetidos a longas jornadas de trabalho, alimentação ruim, vícios em álcool e cigarro e quase nenhum acesso à higiene pessoal.

Assim, por meio da escassez de recursos gerado pelo regime totalitário, o *Partido* deteriora, deliberadamente, a aparência dos cidadãos para fazer com que se ajustem às ideologias determinadas, controlando não apenas as mentes, mas o corpo também, contribuindo para a decadência biológica das massas (Pavloski, 2014; Orwell, 2021). Como descreve Orwell:

Quase todo mundo era feio e continuaria assim mesmo que vestisse algo diferente do macacão azul do uniforme. [...] Como era fácil, pensou Winston, se você não olhasse em volta, acreditar que o tipo físico determinado pelo Partido como ideal (rapazes altos e musculosos e moças peitudas, loiras, voluptuosas, bronzeadas, despreocupadas) existia e até predominava. De fato, até onde ele podia julgar, a maioria da população na Faixa Aérea Um era baixa, morena e suscetível a doenças. Era curioso como o tipo semelhante a besouro proliferava nos Ministérios: homenzinhos roliços, engordando muito cedo na vida, de pernas curtas, movimentos ágeis e furtivos, rostos inchados e inexpressivos com olhos muito pequenos. Era o tipo que parecia se desenvolver melhor sob o domínio do Partido (Orwell, 2021, p. 69).

4.2.7. Manipulação das artes

Na obra *1984*, o *Partido*, como classe dominante, utiliza-se das artes em geral como instrumento de doutrinação para com os cidadãos da Oceania. O objetivo é defender seus interesses e, para isso, utiliza as expressões artísticas para disseminar seus ideais, além de distrair os cidadãos com a futilidade dos conteúdos para que os mesmos não possam perceber a violenta opressão à qual estão submetidos (Marx; Engels, 2019; Orwell, 2019).

Toda a produção artística ocorre nos departamentos do Ministério da Verdade sob supervisão do *Partido*, cuidando para que nada seja contrário à sua ideologia. Aliás, até mesmo obras antigas, como as de William Shakespeare, são redigidas em Novidioma, a linguagem oficial da Oceania, para que, assim, as obras que exaltavam princípios como liberdade e justiça possam ser adaptadas às doutrinas do Partido, mantendo limitado o pensamento das massas (Orwell, 2021).

Assim, vários escritores, como Shakespeare, Milton, Swift, Byron, Dickens e alguns outros estavam em processo de tradução; quando a tarefa fosse concluída, seus textos originais, como todo o resto da literatura do passado que houvesse sobrevivido, seriam destruídos (Orwell, 2021, p.334-335).

Poemas, romances, músicas e demais manifestações artísticas são voltados para o consumo em massa. Seu conteúdo limita-se à satisfação de necessidades básicas, como impulsos sexuais no caso dos proletas, e ao reforço das doutrinas do *Partido*. Assim, as artes são reduzidas ao mero entretenimento, servindo para manter os cidadãos distraídos e excluindo toda sua essência emancipadora e reflexiva, tornando-se também um instrumento de alienação (Adorno; Horkheimer, 1985; Debord, 2007; Orwell, 2021).

Havia uma cadeia separada de departamentos lidando com literatura, música, teatro e diversão proletária em geral. Ali eram produzidos jornais tacanhos que não continham quase nada exceto esporte, crime e astrologia, folhetins sensacionalistas baratos, filmes com cenas apelativas de sexo e canções sentimentais compostas inteiramente por meios mecânicos em um tipo de caleidoscópio distinto conhecido como versificador (Orwell, 2021, p. 52).

Ademais, as artes produzidas não possuem intervenções humanas, são fabricadas por meios mecânicos. Esse processo de produção acontece por meio

de máquinas; assim, a música, por exemplo, é manipulada por uma máquina chamada *versificador*. Dessa forma, fica descartada toda liberdade criativa e autenticidade que o trabalho artístico exige, limitando a arte a um mero instrumento de propaganda do *Partido* e a uma distração medíocre. (Orwell, 2021). Nas palavras de Orwell:

Sempre que sua boca não estava cheia de prendedores de roupa, ela cantava, em um poderoso contralto: “Foi só uma bobagem, uma fantasia que passou como as cores de abril, mas o olhar, a palavra e os sonhos que ela provocou levaram embora toda a minha alegria”. Há várias semanas não tocava outra música em Londres. Era uma das inúmeras canções parecidas publicadas para a diversão dos proletas por uma subseção do Departamento de Música. A letra era composta sem nenhuma intervenção humana em um instrumento conhecido como versificador (Orwell, 2021, p. 148-149).

Portanto, a manipulação das formas artísticas na obra de George Orwell, *1984*, reflete a maneira em que uma classe dominante pode utilizá-las como recurso de propagação de seu domínio e controle em todos os aspectos da vida dos indivíduos por ela submetidos. Deste modo, a arte perde toda sua beleza autêntica e sua característica emancipadora e libertadora, pois, estando sob influência da classe exploradora - neste caso, o *Partido* - sua função está reduzida à diversão banal e à divulgação da ideias do governo.

Assim, a arte é transformada em uma ferramenta que reafirma o regime totalitário, mantendo a opressão e alienação dos cidadãos, impedindo que reflitam sobre sua realidade de decadência e subserviência absoluta e contribuindo para que não haja insubordinações e revoltas contra o governo do *Partido*, auxiliando na consolidação de seu poder (Adorno; Horkheimer, 1985; Debord, 2007; Marx; Engels, 2019; Orwell, 2021).

Diante disso, é perceptível que, através dos atributos da *Superestrutura* explanados na tese de *Materialismo histórico* defendido por Karl Marx, a classe dominante obtém o domínio da sociedade utilizando-se das leis, cultura, artes, política e educação ao seu favor, para manter controle absoluto sobre as massas, doutrinando-as e, assim, evitando uma ameaça ao seu governo. Tal conceito, como explanado neste capítulo, é ilustrado na obra *1984*, uma vez que o *Partido* vale-se tanto do aparelho Jurídico-político, do Estado e de suas

instituições, quanto do Ideológico (política, cultura, educação, por exemplo) para manipular os cidadãos da Oceania, gerando total subserviência por meio da opressão, violência, vigilância constante, alteração do passado, limitação do pensamento e perda da própria autenticidade, pois o essencial é a lealdade ao *Partido* e a adoração ao *Grande Irmão*. Portanto, no contexto de 1984, a *Superestrutura* é um meio ativo de controle e dominação social, justificando as condições materiais de poder e exploração do governo totalitário e evitando qualquer indício de revolução que ameace o poder do *Partido*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objeto investigar em que medida é possível encontrar elementos do conceito filosófico de ideologia de Karl Marx na expressão literária de Orwell. A partir dessa abordagem, foi possível analisar diversos aspectos do conceito marxista presentes na obra, fundamentais para a construção do pensamento e a elaboração da pesquisa proposta, contribuindo, assim, para atestar as referências de Marx presentes na obra de George Orwell.

No primeiro capítulo, foi explorada a conexão entre filosofia e literatura, dando ênfase a como essas diferentes áreas do conhecimento complementam-se e contribuem para a compreensão de questões tanto existenciais quanto sociais. A filosofia apresenta um conceito, uma ideia, enquanto a literatura atua como facilitador da compreensão dessas teses, oferecendo uma espécie de tradução por meio de narrativas, permitindo a aproximação do leitor a uma experiência familiar com os conceitos, de modo que os perceba e entenda como é possível a complementação dos argumentos filosóficos na construção das exposições literárias.

Tal relação é antiga e pode ser percebida, por exemplo, quando a oralidade deu lugar à escrita como forma de relatar fatos. Também é possível notar esse fator nas tragédias gregas, que encantavam o público com as narrativas ali interpretadas e, muitas das vezes, eram baseadas no modo de vida da própria comunidade, fazendo uma crítica social, levando a uma reflexão e instigando o pensamento analítico dos indivíduos.

Assim, à medida que apresenta suas narrativas, a literatura tem a competência de aproximar-se do leitor, ao retratar seu cotidiano e aquilo que lhe é familiar. A filosofia, por sua vez, expõe o conceito, incentivando o pensamento crítico e a reflexão tanto existencial quanto social. Logo, tal relação é essencial para auxiliar a compreensão das inferências filosóficas, bem como para a riqueza de conteúdo nas narrativas literárias, não se tratando apenas de histórias fictícias, mas de uma maneira de refletir a respeito da vida e da sociedade em geral.

No segundo capítulo, foi explanada a análise do conceito marxista de ideologia com base nas obras de Karl Marx e de comentadores que estenderam sua teoria. Entretanto, fez-se necessário compreender as mudanças que ocorreram no conceito ao longo da história. A ideia de *Ideologia* apareceu primeiramente no século XVIII, com Destutt de Tracy, que a classificou como uma ciência das ideias; ou seja, para ele, tal conceito representava um estudo de como o pensamento era concebido na mente humana, admitindo um caráter científico.

Mais tarde, em 1812, Napoleão Bonaparte utiliza-se do termo para fazer crítica aos seus adversários políticos, alegando que tais eram metafísicos e idealistas, uma vez que seus pensamentos estavam distantes da realidade em que a sociedade se encontrava, logo, o que defendiam eram ideias falsas, ilusões, ou seja, ideologias, uma vez que alegava que seus discursos não condiziam com a veracidade social.

No século XIX, a ideia de *ideologia* voltou a ser atribuída a um aspecto científico com o *Positivismo*, pois August Comte defendia como Ideologia um conjunto de crenças de uma época com base no senso comum, uma vez que teorias baseadas em tradições ou divindades não são suficientes para o desenvolvimento científico de uma sociedade. Ainda neste mesmo aspecto, Émile Durkheim associa o conceito como oposto aos *fatos sociais*, ou seja, a *ideologia* vem a ser valores e conceitos individuais, inaplicáveis aos *fatos sociais*, pois tais estão acima do indivíduo.

Finalmente, em Karl Marx, a *ideologia* é descrita como um conjunto de ideias e teses disseminadas por uma classe dominante de uma sociedade, com o intuito de manter-se soberana em seu domínio, controlando a classe dominada através dessas ideias e impedindo a notoriedade da realidade subjugada na qual se encontram. Tal processo gera uma espécie de “falsa consciência”, dificultando que o explorado se revolte contra o explorador e derrube o seu governo. Então, a *ideologia* é usada como ferramenta de controle social da *burguesia*, que mantém o *proletariado* como explorado e subserviente, uma vez que aqueles detêm os meios de produção, condicionando ainda mais a classe dominada a uma realidade oprimida através da exploração de sua mão de obra.

A partir de então, deu-se a investigação dos elementos de *ideologia* descritos por Marx presentes na obra de George Orwell, 1984.

No terceiro capítulo, o conceito de *ideologia* foi aplicado à obra literária 1984, momento em que, através dessa aplicação, destacou-se a construção da narrativa em que o autor expõe os mecanismos de controle ideológico em uma sociedade totalitária. Foi apontado, a partir dos elementos da *superestrutura*, como o controle social ocorre através da classe dominante, neste caso, tanto no aspecto jurídico-político quanto no ideológico.

O controle exercido pelo jurídico-político acontece enquanto a classe dominante controla o Estado e todas as instituições que dele derivam (leis, política, polícia etc.), pois, ao exercer seu controle legal, a *burguesia* garante que as ideias e regras disseminadas por ela sejam respeitadas e obedecidas, inclusive pelo uso da força. Na obra de Orwell, o *Partido* - classe dominante da narrativa - utiliza-se desse recurso por meio de instituições estatais, como a Polícia do Pensamento, as Teletelas, os Espiões, o *Pensamentocrime*, o Ministério da Verdade, o Ministério do Amor, o Ministério da Paz e o Ministério da Fartura. Essas organizações são controladas pelo Estado que, por sua vez, é controlado pelo *Partido*, que se utiliza desses instrumentos para manter a vigilância extrema das demais classes sociais, garantindo que suas ordenanças sejam seguidas e que não haja contrários a eles, sob ameaça de punição severa que envolve violência física e psicológica.

No elemento *ideológico*, a classe dominante dissemina ideais e concepções para manter o *proletariado* sob seu controle, levando-os a acreditar que sua condição de vida é resultado natural da falta de prosperidade, e não da exploração de sua mão de obra. Em 1984, o *Partido* propaga suas ideologias para que a população da Oceania não note a opressão que o governo totalitário lhes impõe. Desse modo, espalha doutrinas que impedem o livre pensar e o questionamento ao governo, gerando subserviência absoluta e até mesmo uma adoração ao líder e ao sistema. Para que isso ocorra, espalham princípios como a divisão da sociedade em classes, o Duplopensar, o Novídioma, a privação sexual, Os Dois Minutos de Ódio, a uniformidade do padrão estético e a manipulação das artes.

Conclui-se que é possível encontrar elementos do conceito marxista de *ideologia* na obra de George Orwell, *1984*, uma vez que o *Partido*, sendo a classe dominante, oprime as demais classes, disseminando ideias que preservam seu modo de vida e seu governo e impedindo que tanto o *Partido externo* quanto os *proletas* percebam a repressão à qual são submetidos. Assim, as pessoas levam uma vida miserável, com recursos escassos, violência extrema e constante vigilância, além de terem sua autonomia e liberdade anuladas pelo governo, dando lugar à opressão e à tirania.

Por fim, este estudo demonstra como a aplicação do conceito de Karl Marx sobre a *ideologia* associado à obra de George Orwell, *1984*, permite uma compreensão mais ampla a respeito das estruturas de poder e controle social, pois tal conceito não se restringe apenas às sociedades capitalistas, mas a toda forma de governo ou regime cujo poder é centralizado numa minoria dominante. Assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir, também, para a assimilação dos conceitos filosóficos no cotidiano e na possibilidade do seu diálogo com a literatura em geral.

Esta pesquisa me proporcionou uma compreensão mais ampla sobre como a classe dominante utiliza diversos recursos para defender seus interesses e manter os demais numa condição exploratória. Por meio das leituras de Karl Marx e de George Orwell, foi possível perceber o funcionamento e a organização de tais condições, gerando um controle social de um grupo para com outro. Além do mais, o diálogo entre Filosofia e Literatura pode contribuir para facilitar a assimilação do entendimento de conceitos complexos por meio de uma via estética, demonstrando como tais podem ser aplicados e percebidos no cotidiano. Essa temática poderá ser explorada em futuras investigações, visto seu caráter interdisciplinar e sua relevância para a compreensão da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Espanha, Barcelona: Sol90, 2004).

BALDI, Luiz Agostinho de Paula. **A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência**. Katál. Florianópolis, Vol. 22, nº, 03, dezembro, 2019.

BARROS, Gabriel de Almeida. **A ecofenomenologia do Pequeno príncipe**. Scripta, Vol. 28, nº 62, abril, 2024.

BOUNDS, Philip. **Orwell and Marxism: The political and cultural thinking of George Orwell**. Ireland: I. B. Tauris & Company, 2016.

BOWDON, Tom Butler. **50 clássicos da filosofia: as principais ideias das mais importantes obras filosóficas, da antiguidade à era moderna**. São Paulo, SP: Benvirá, 2019.

CAMPOY, Leonardo Carbonieri; MATTAR, Kamille Brescansin. **Conquista: Solução Educacional: ensino médio: formação geral básica: módulo 6: ciências humanas e sociais aplicadas: sociologia: política e vida econômica**. Curitiba, PR: Cia Brás. de Educação e Sistemas de Ensino, 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2007.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do Subsolo**. São Paulo, SP: 34, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Portugal, Lisboa: Editorial Presença, 2004.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch**. Osasco, SP: Avante, 1982.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo, SP: Edipro, 2022.

EXUPÉRY, Antoine de Saint. **O pequeno príncipe**. São Paulo, SP: Caminho suave, 2015.

FAÇANHA, Luciano da Silva. **Filosofia e Literatura: da antiguidade clássica à modernidade da ilustração. Seguindo de 13 ensaios sobre a filosofia e literatura**. São Luís, MA: EDUFMA, 2024.

FREITAS, Mauro Ricardo de. **Uma abordagem filosófica da obra *O pequeno príncipe de Saint-Exupéry***. Theoria. Faculdade Católica de Pouso Alegre, Vol. 07, nº 17, dezembro, 2015.

FROMM, Erich. **O conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1983.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Filosofia e Literatura**. Limiar. Unifesp, Vol. 03, nº 05, setembro de 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo, SP: 34, 2006.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Machado de Assis, o escritor que nos lê: a figura e a obra machadiana através da recepção e das polêmicas**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo, SP: Global, 1981.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. São Paulo, SP: Instituto Lukács, 2018.

MAGALHÃES, Antônio. **Partilhas do saber. Diálogos entre a Filosofia e a Literatura**. Páginas de Filosofia, Vol. 01, nº 02, dezembro, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2023.

MASSON, Gisele. **Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais**. Práxis educativa, Vol. 02, nº 02, dezembro, 2007.

MORAES, Deivid Junio. **Entre oralidade e escritura: a forma dialógica em Platão. Ética e Filosofia Política**. UFJF, Vol. 02, nº 19, dezembro, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo, SP: Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Cássia Cristina Costa de. **Dostoiévski e o niilismo russo**. Interações- Cultura e Comunidade, Vol. 07, nº 12, dezembro, 2012.

ORWELL, George. **1984**. Jandira, SP: Tricaju, 2021.

PAVLOSKI, Evanir. **1984: a distopia do indivíduo sob controle**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.

PLATÃO. **O mito da caverna**. São Paulo, SP: Montecristo, 2023.

SABINO, Paulo César Jakimiu. **O niilismo nas *Memórias do subsolo*: a crítica à razão como crítica à modernidade ocidental em Dostoiévski**. Dialéctus, Vol. 12, nº 28, abril, 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.